

**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO****NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES****TEXTO COM REDAÇÃO FINAL*****Versão para registro histórico******Não passível de alteração*****COMISSÃO DE CULTURA****EVENTO:** Seminário**REUNIÃO Nº:** 55290**DATA:** 22/05/2019**LOCAL:** Plenários das Comissões**INÍCIO:** 15:07**TÉRMINO:** 19:05

>A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva. PT - RJ) - Declaro aberto este seminário, em que será debatido o tema *Os impactos da extinção do Ministério da Cultura*, em atendimento ao Requerimento nº 15, de 2019, de autoria da Deputada Áurea Carolina.

Eu quero cumprimentar a todas e a todos, sobretudo os expositores e as expositoras, que, atendendo ao nosso convite, mais uma vez darão aqui colaborações para que a Comissão de Cultura possa agregar todos os valores da cultura e para que possamos ter também, com o sentimento criativo da cultura, o respaldo necessário para resgatarmos direitos perdidos. Os senhores e as senhoras têm um papel muito importante, sem o qual esta Comissão não existiria. Portanto, eu quero lhes pedir que possam dar o que têm de melhor. Esta é uma casa democrática, aberta.

Registro a presença do Sr. Manoel Pedro, Presidente da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour - FEM. Eu já tinha que o ter anunciado, mas não o fiz.

Cumprimento cada um dos expositores: o Sr. José Paulo Soares Martins, o Sr. Juca Ferreira, a Sra. Dalva Santos, a Sra. Cida Falabella, o Sr. Sérgio Pinto, o Sr. Sérgio Ronaldo da Silva, a Sra. Ana Beatriz Mattar, o Sr. Fabiano dos Santos Piúba, o Sr. Ney Carrasco e a Sra. Maria Marighella.

Convido a nossa Deputada Áurea, autora do requerimento, para compor a Mesa e iniciar efetivamente este seminário. *(Pausa.)*

A SRA. PRESIDENTE (Áurea Carolina. PSOL - MG) - Muito obrigada, querida Presidenta Benedita. É uma honra fazer parte da Mesa desta Comissão de Cultura junto com V.Exa. e com a Deputada Maria do Rosário.

Muito boa tarde a todos.

Convido para compor a Mesa o Sr. José Paulo Soares Martins, Secretário Especial da Cultura Adjunto, do Ministério da Cidadania, que aqui representa o Secretário Especial José Henrique Pires. Ele não pôde estar presente. Convido também o Sr. Juca Ferreira, Secretário Municipal de Cultura de Belo Horizonte; a Sra. Dalva Santos, produtora e gestora cultural; e a Sra. Cida Falabella, Vereadora de Belo Horizonte. Fiquem à vontade. *(Pausa.)*

Este seminário é um acontecimento fundamental nesta conjuntura, para posicionar o sentido da cultura como pilar da democracia brasileira num momento de revés, de muito retrocesso, em que conquistas históricas estão profundamente ameaçadas. A extinção do Ministério da Cultura pela gestão Bolsonaro é mais um capítulo de um histórico de ataques à cultura, mas agora há um agravamento muito grande, porque se trata de um Governo de características fascistas, antidemocráticas, um Governo de entrega das riquezas nacionais para interesses estrangeiros, avesso à participação popular, que tem evitado de todas as maneiras criar canais de interlocução efetiva com a cidadania brasileira.

Por isso, o Legislativo, cumprindo sua função de interlocução com a população, promove este seminário, um espaço de escuta qualificada, para que possamos acumular conhecimento e força no sentido de retomada da democracia brasileira, a partir da cidadania cultural, a partir das políticas culturais.

Quero fazer um breve histórico sobre a história do Ministério da Cultura e das políticas culturais. A primeira vez em que nós tivemos a instalação de um Ministério da Cultura...

Eu peço, gentilmente, a atenção de todos, para que possamos nos ouvir da melhor maneira possível.

O Ministério da Cultura foi criado em 1985, num contexto de redemocratização da sociedade brasileira, a partir de lutas muito intensas de artistas, de vários setores da cultura. Antes disso, estava mesclado à Pasta da Educação, compunha o Ministério da Educação e Cultura. Tornou-se uma Pasta autônoma a partir de 1985. Na década de 90, com a gestão Collor, o Ministério foi reduzido a uma secretaria de cultura, tal qual acontece agora. Isso só foi revertido em 1992, no Governo Itamar Franco. Em 1999, no Governo FHC, o Ministério da Cultura teve uma gestão que foi ampliada e fortalecida relativamente a gestões anteriores.

Na época de Collor, houve a criação da Lei Rouanet. Além de reduzir o caráter do Ministério da Cultura, que passou a ser uma secretaria de cultura, trazia essa marca neoliberal de mercantilização da cultura, um traço que permanece ainda hoje, com muitos problemas na forma como esse mecanismo é implementado.

Mudança significativa ocorre somente a partir de 2003, durante o Governo Lula, quando o MINC é reestruturado e

fortalecido. Passamos a ter um conjunto de políticas públicas em defesa da cultura viva, em defesa das diversas áreas, das artes, do patrimônio histórico, do audiovisual, entre outras.

Com o golpe contra a democracia brasileira em 2016, temos um novo revés, com a extinção do MINC.

Depois de muita luta, de muitas manifestações, com as ocupações das FUNARTEs pelo Brasil, Temer resolve recriar o Ministério da Cultura. Eu comentava com o Deputado Marcelo Calero, Ministro da Cultura logo nessa retomada, que foi justo no dia 22 de maio, em 2016, que Temer manifestou sua decisão de recriar o MINC. No dia seguinte, 23 de maio, publicou no *Diário Oficial da União* o ato de recriação do Ministério - o Deputado Calero lembrava que ele assumiu o Ministério no dia 24 de maio. Embora tenha recriado o Ministério da Cultura, um traço da gestão desse Governo foi o de desmantelamento da Pasta.

Agora vivemos um contexto ainda mais preocupante, porque o Governo Bolsonaro, de fato, tem ódio à cultura, ódio aos artistas e faz apologia da criminalização do setor. Esse é um dos temas também do nosso debate, para entendermos as repercussões e as consequências da forma como este Governo tem conduzido a área da cultura.

A existência de um Ministério da Cultura na estrutura do Governo Federal está ancorada em sólidos estudos jurídicos, que comprovaram a necessidade de uma Pasta autônoma no Executivo para a garantia dos direitos culturais de que trata a nossa Constituição Federal.

Os ataques à cultura, aos artistas e às políticas culturais que têm ocorrido atualmente reforçam o caráter autocrático, em certo sentido fundamentalista, fanático, extremamente personalista, deste Governo, que está distante inclusive de outros regimes autoritários que já aconteceram no Brasil. Mesmo a ditadura civil-militar, de alguma maneira baseada em censura e violência, defendia alguns parâmetros do que seria uma civilidade nacional, alguma coisa de patrimônio nacional que deveria ser protegido ou defendido pelo Estado brasileiro.

Nesta conjuntura o retrocesso é ainda maior, porque sequer se reconhece a importância dos valores da cultura nacional, e há um alinhamento cada vez mais evidente e vexatório em relação a outros países, como os Estados Unidos, o que nos constrange enormemente.

Mas estamos aqui também para construir um processo de resistência e de luta. Eu agradeço muito a oportunidade de estabelecermos, nesta Comissão de Cultura, um debate com essa qualidade.

Informo que esta audiência pública está sendo transmitida ao vivo pela Internet. Todos podem nos acompanhar. Daqui a pouco vou registrar a presença de várias pessoas queridas, pessoas que lutam em defesa das políticas culturais do Brasil, pessoas que nos acompanham e que se fazem presentes aqui também. É uma honra muito grande partilhar este momento com vocês.

Dito isso, passo a palavra ao Sr. José Paulo Soares Martins, para que traga, na abertura deste seminário, a sua contribuição como representante do Governo Federal.

O SR. JOSÉ PAULO SOARES MARTINS - Deputada Áurea, muito obrigado pela oportunidade de falar aqui sobre o Ministério da Cidadania e a Secretaria Especial de Cultura. Em nome do Ministro Osmar Terra, em nome do Secretário Henrique Pires, eu saúdo a todos os que estão aqui presentes.

Quero fazer uma breve apresentação a respeito de como o Ministério está atuando neste momento. Mas, antes disso, peço que me permitam fazer uma breve apresentação acerca da minha pessoa.

Meu nome é José Paulo Soares Martins.

Tive a oportunidade de vir trabalhar no Governo a convite do Ministro Calero, em 2016. Ministro, eu quero lhe agradecer. Foi essa uma oportunidade única. Eu sou um homem muito feliz por trabalhar na área da cultura e poder ajudar de alguma forma a cultura brasileira. Agradeço também aos Ministros que se seguiram: Roberto Freire, João Batista, Sérgio Sá Leitão e, agora, o Ministro Osmar Terra. Exerci minha atividade na iniciativa privada durante 43 anos, até que o então Ministro Calero, hoje Deputado, abriu as portas para que eu participasse desse processo da cultura. Eu lhes digo que sou uma pessoa extremamente feliz. Eu acho que todas as pessoas envolvidas com a cultura têm que entender o privilégio que isso significa.

Na minha visão - eu já tinha essa visão, que fortaleço a cada dia -, um dos instrumentos fundamentais da formação da nossa cidadania e da base da nossa sociedade é a cultura. Não há nada mais importante. Eu tive a oportunidade de atuar em várias atividades empresariais, de tratar de vários temas relacionados ao terceiro setor, à educação. Durante muito tempo eu achava que a educação era a primeira base, mas não é. A primeira base é a cultura. Curiosamente, foi meu avó, que era do Agreste de Pernambuco, que uma vez me fez o seguinte comentário: *"Eu não consigo assinar o nome, sou um analfabeto, mas eu tenho vergonha na cara. Tem muita gente que tem educação e não tem vergonha na cara. A vergonha na cara que eu tenho foi construída pelos valores da cultura da minha região"*. Então, nós temos um privilégio único, o de poder trabalhar com cultura. Temos que entender isso como algo extremamente significativo para todos nós.

Eu também quero agradecer ao Ministro Juca. Numa oportunidade, tivemos contato. Eu estava representando a sociedade civil, fazia *advocacy* em relação a alguns temas. Ele me instigou a fazer uma série de pensares a respeito do tema que estamos debatendo aqui. Isso também ajudou muito na minha formação e na minha atuação na área da cultura no Governo Federal.

Agradeço ainda ao conjunto dos servidores do então Ministério da Cultura, que hoje é Secretaria Especial da Cultura. São pessoas incríveis. Muitas vezes, quem vem de fora acha que o servidor público tem manias, tem jeitos que talvez não sejam os mais adequados. Não é isso. São pessoas de extremo valor, de extremo conhecimento. Eu, particularmente, sou muito grato a todas essas pessoas que têm atuado e atendido as demandas que precisamos para a manutenção da cultura brasileira.

Faço referência também ao setor. Eu acho que começamos na época do Ministro Juca e consolidamos ao longo dos últimos anos, na sociedade civil, a mobilização de alguns movimentos organizados para trabalhar em conjunto com o Governo para a melhoria de políticas públicas. Eu acho que isso tem um valor único. O setor está se organizando de forma progressiva. Podemos caminhar cada vez mais na direção desse crescimento da cultura brasileira.

Dito isso, vamos conversar um pouquinho sobre o Ministério.

Eu queria dizer, primeiro, que a cultura, o esporte e o desenvolvimento social são três Pastas dentro do Ministério da Cidadania. O Ministro Osmar Terra já esteve aqui conosco para falar sobre esses temas.

Na realidade, toda a base do Ministério da Cidadania está envolvendo alguns direcionamentos que são fundamentais, na visão do Ministro Osmar Terra.

O primeiro deles é o tema da cidadania. Como eu dizia, acho que a cultura talvez seja um dos mecanismos mais próprios que podemos ter para a formação da cidadania brasileira. Eu trabalho com incentivo fiscal, com a lei federal de incentivo, a Lei Rouanet. É impressionante a quantidade de projetos maravilhosos que vemos entrar todos os dias e que focam a inclusão de pessoas, a formação cidadã de pessoas e o desenvolvimento do indivíduo, utilizando os mais variados instrumentos da cultura brasileira. Esse é um ponto fundamental, é uma visão que estamos adotando fortemente, a de que a cultura tenha não só aspectos, sobre os quais vamos conversar depois, mas também essa visão de formação cidadã.

Outra diretriz é a questão do Município. A visão simples é a seguinte: não é de uma sala num Ministério em Brasília que se administra um ambiente enorme, como é o ambiente da cultura brasileira. Então, a política é de máxima descentralização e municipalização. Essa já é uma política que o Ministério vinha adotando em anos anteriores. Vem de muitos anos a tentativa de buscar cada vez mais a base municipal para o desenvolvimento e o fortalecimento das ações culturais.

Outro tema é o da integridade. Na nossa visão, não existe meio, ou seja, algo é íntegro ou não é íntegro. Então, é obrigação de todos nós servidores do Ministério da Cidadania trabalhar com a questão da integridade como base, como um dos elementos fundamentais.

E há o tema da transparência. Eu tenho orgulho de dizer aqui, em nome dos servidores da cultura, que os dados relativos à cultura brasileira quanto ao seu principal instrumento, que é o mecanismo do incentivo fiscal, provavelmente sejam hoje os de maior transparência possível.

Todos aqui trabalham com cultura, conhecem o SALIC - Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura, usam dados e informações do SALIC, sabem que isso está disponível para toda a sociedade, em todos os seus matizes, em todos os detalhes do projeto, da forma como ele tem que ser conduzido.

Esses são, portanto, os aspectos que balizaram a constituição dessa forma de operação do Ministério da Cidadania no que se refere ao tema da cultura.

Quero reforçar a questão da cidadania sob outro aspecto. Em especial os Parlamentares têm uma visão da urgência que uma sociedade como a nossa tem para melhorar a sua qualidade de vida. Eu acho que isso está presente para todos nós. E nós só vamos melhorar a qualidade de vida se tivermos um ambiente de capital social estruturado, de desenvolvimento sustentável.

Mas, para que isso aconteça, precisamos de cidadãos, cidadãos que tenham igualdade de oportunidades e que possam interagir com essa sociedade. Eu reafirmo para vocês a nossa convicção de que a cultura é um dos principais instrumentos. Mesmo que discordemos em relação a ideias, formas, temos uma bandeira única, que é a da cultura. Isso é muito importante para todos nós.

O Ministério da Cidadania é grande, ficou com essas três Pastas, mas uma das principais preocupações que o Ministro Osmar Terra teve foi a de que não desestruturássemos as atividades-fim das diversas áreas, para que não houvesse descontinuidade, para que não houvesse solução de continuidade, e assim pudéssemos implementar os diversos programas que já estavam em curso da melhor forma e crescer com eles.

Na Pasta da Cultura, foram então mantidas as secretarias que já atuavam no antigo Ministério, assim como foram mantidas as vinculadas e os diversos conselhos relacionados a essas vinculadas.

Esta apresentação vai estar à disposição de vocês. Tem todo o detalhamento relacionado a essas informações.

Todos aqui de alguma forma estão relacionados com a cultura. Então, é desnecessário detalhar a importância dela para a formação de identidade da nossa sociedade e das diversas possibilidades que ela nos traz nesse sentido.

Também há uma visão de valor social e de valor econômico significativa. Passamos por todo perfil de projeto. Há projetos que focam o social, há projetos que focam o desenvolvimento da cadeia produtiva da cultura, mas todos eles, invariavelmente, agregam valor social e valor econômico à sociedade. Estudos específicos já estão sendo feitos sobre esse tema. Recentemente fizemos um estudo sobre a lei de incentivo fiscal, assim como outros estudos que comprovam o ganho que a sociedade tem ao utilizar a cultura como mecanismo de desenvolvimento.

Volto ao tema da cidadania, que, para nós, é um tema importante. Eu acompanho cada projeto que passa pela Pasta. Há projetos de 5 mil reais. Menciono isso apenas para ressaltar que existem projetos simples e projetos complexos, todos voltados para o tema da cultura brasileira.

Um dos instrumentos que estão sendo utilizados é a Lei de Incentivo à Cultura, que já conhecem. Esse foi o instrumento priorizado por nós nesse primeiro movimento da Pasta da Cultura, porque há uma gama enorme de produtores culturais que dependem desse instrumento. A prioridade foi ajustar o funcionamento desse sistema às novas diretrizes que foram colocadas pelo Governo. Podemos fazer depois o detalhamento disso.

Existem questões relacionadas ao mecanismo como um todo. Vejam, em relação a esse mecanismo, que mais de 120 mil projetos foram aprovados na sua história. O número é 18 bilhões, sem correção. Corrigindo-se, fica em torno de 40 bilhões de reais. Então, são números significativos.

Existiu uma mobilização muito grande dos servidores do Ministério para qualificar o atendimento aos proponentes. Para que tenham uma ideia, nós tínhamos prazos acima de 100 dias entre a apresentação da proposta e a aprovação do projeto, e conseguimos derrubar isso para 40 dias, com a atuação dos servidores, com a contribuição do setor.

Então, essas são informações importantes sobre o mecanismo.

Como o meu tempo está terminando, vou pular esta parte da apresentação. Depois podemos discutir acerca disso.

A princípio, todas as políticas que o Ministério da Cultura já vinha desenvolvendo há mais tempo permanecem - Sistema Nacional de Cultura, Cultura Viva, Audiovisual, Estações Cidadania. Esta é a lista de todas elas. Depois podemos detalhar o

que entenderem necessário.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Áurea Carolina. PSOL - MG) - Muito obrigada, José Paulo Soares Martins.

Passo a palavra a Dalva Santos, que é produtora e gestora cultural e foi Coordenadora-Geral de Ações Empreendedoras na Secretaria de Economia Criativa do Ministério da Cultura. Dispõe de 10 minutos.

A SRA. DALVA SANTOS - Boa tarde a todas e a todos.

Em primeiro lugar, quero saudar os integrantes desta Mesa e os demais convidados também.

Realmente eu me sinto um pouco mais fortalecida e honrada de estar tendo aqui esta oportunidade.

Gostaria de fazer um agradecimento especial ao mandato da Deputada Áurea Carolina, que tem trazido para a literalidade o lema segundo o qual esta Casa é, ou deveria ser, do povo.

É justamente desse ponto que começa a minha fala, como contribuição a respeito da problemática que a extinção do Ministério da Cultura nos traz. Eu falo no meu lugar de mulher, de negra, de agente cultural, de produtora, de gestora e de pesquisadora de campo. Falo também a partir de uma experiência bastante transversalizada de quem, desde antes de se formar, já era pequena empresária - abri a minha produtora -, de quem colaborou com coletivos, de quem trabalhou como gestora em instituições culturais, de quem foi autônoma, acadêmica e, agora, fundadora de um instituto, o Instituto Soma Cidadania Criativa.

Eu entrei na Faculdade de Produção Cultural no ano de 2002, em Niterói, no Rio de Janeiro. Posso dizer que os impactos da extinção do MINC se confundem de maneira muito profunda com a trajetória profissional de uma leva de trabalhadores da cultura, que se constitui a partir das proposições e mesmo das contradições dos Governos que, até 2015, reconheceram, de maneira inédita, a centralidade da cultura para o desenvolvimento do nosso País.

As tais três dimensões da cultura, que estiveram na cartilha lá dos meus primeiros períodos de faculdade, trouxeram a mim a perspectiva de ser alguém para além de uma boa fazedora de planilhas referentes à lei de incentivo. O que eu vi acontecer nesses últimos 10, 12 anos da política cultural brasileira - política que me formou como agente profissionalmente produtiva - foi o crescimento não apenas de artistas, grupos e técnicos mas também de pesquisadores, acadêmicos, advogados, contadores, administradores, economistas, engenheiros, educadores, pedagogos, gestores, uma parcela significativa de profissionais que abrigaram a sua força de trabalho no campo da cultura.

Segundo dados do IBGE, entre 2010 e 2012, organizados pelo SNIIC, o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - inclusive, foi instituído em parceria com o extinto Ministério da Cultura -, 7,8% das organizações formais eram do setor cultural, o que representa algo em torno de 8% da receita gerada no País. Segundo informação divulgada ainda pelo MINC, estamos falando de uma movimentação estimada em 4% do PIB nacional. Algo ainda mais estruturante do que esse impacto produtivo eu vi ter lugar: as narrativas de reconhecimento e de afirmação do papel social que nos cabe como agentes do processo democrático.

O que eu quero dizer com isso é que as políticas culturais que me formaram permitiram também que pelo menos parte de todo um protagonismo dos diversos fazedores e produtores culturais finalmente fosse visibilizado. Fizeram isso estudando as metas do PNC, debatendo nas conferências, aprendendo a sentar em roda e ouvir os mestres griôs, a gerenciar os Pontões de Cultura, a falar "povos tradicionais de matriz africana", em defesa de uma cultura negra e periférica cuja retomada de posse ainda é, sim, uma dívida histórica. Fizeram isso aprendendo com as culturas indígenas a diferença entre gastronomia e cultura alimentar. Fizeram isso reconhecendo a urgência dos debates em torno da cultura digital, com o Marco Civil da Internet e a força da Creative Commons. Fizeram isso entendendo que a economia criativa brasileira só será lucrativa e distribuída se for construída a partir das comunidades e da valorização dos fazeres e saberes locais.

No Brasil a economia criativa é e sempre foi solidária.

Sim, foi a partir desses princípios e também dessa inteligência de participação cidadã que eu me formei. Assim como eu, milhares de profissionais tomaram espaço no trabalho produtivo e mesmo no processo político. Falamos de aproximadamente 400 mil organizações que se inserem no setor cultural e de 3 milhões de trabalhadores. Um contingente considerável será impactado pela desastrosa extinção do MINC. Sofrerão o impacto da escassez financeira e, sobretudo, política. Falo "política" no sentido estrito da palavra, pois o que eu vejo, com a proposição da nova gestão, é a escolha declarada pela não política.

O Programa Cultura Viva, por exemplo, que já executou algo em torno de 100 milhões em uma ampla política distributiva, viu seu orçamento ser reduzido para 12 milhões em 2015. Hoje, foi sorrateiramente substituído por um prêmio de cultura popular, isto é, um não programa para esconder a não política. Conforme estudo levantado pelo *Estadão* na semana passada, a Política Nacional Cultura Viva contará com apenas 3 milhões em orçamento autorizado.

Outro exemplo é a redução que o Fundo Nacional de Cultura sofreu, com a disposição de apenas 27 milhões em 2017, o que, segundo especialistas, torna muito difícil o apoio à sociedade civil e o estabelecimento de relações de cooperação fundo a fundo com Estados e Municípios, por exemplo. Parece-me curioso o argumento de uma suposta revisão do pacto federativo, descentralizando tomadas de decisão, enxugando a estrutura federal, fazendo economias, quando, na realidade, o que se vê é a desarticulação das práticas participativas e o enfraquecimento do desenvolvimento local.

A adesão ao Sistema Nacional de Cultura ainda é um desafio. Por um lado, no que tange à política cultural brasileira, por mais que se tenha mostrado promissora até então, ela ainda é jovem e carece de tempo de investimento e de estímulo à participação da sociedade civil. Por outro lado, considerando-se o baixíssimo percentual de orçamento que a cultura significa no todo da Esplanada e analisando-se os benefícios que as práticas culturais trazem para a sociedade, investir na Pasta, reiterando-a inclusive institucionalmente, aí sim, poderia ser uma grande esperteza e sagacidade.

Vários estudos sobre o futuro do trabalho, por exemplo, apontam como a robótica, os serviços automatizados vão ganhar cada vez mais espaços. Para nós vai restar o desenvolvimento de maneira prioritária de aptidões como empatia, criatividade, competência colaborativa, flexibilidade cognitiva. Na minha opinião, certamente não teremos condições de tomar assento na chamada Quarta Revolução Industrial se matarmos a vida artística e cultural inventiva do País. A cultura, especialmente a cultura de base comunitária, é a firmeza do tecido social. Isso já deveria ser algo óbvio para quem se propõe a fazer política cultural no País.

Portanto, o fim do MINC provoca total desarticulação da produção cultural brasileira e do incipiente mercado de bens e serviços culturais. Mesmo a economia criativa, que vem sendo fortemente defendida, área na qual eu inclusive atuo, não sobreviverá sem o estímulo da inventividade cultural. E essa inventividade certamente não está nos salões de balé ou na música erudita. Um exemplo disso são os resultados que obtive, por exemplo, na minha última atuação aqui no Distrito Federal, dentro do programa Território Criativo, da Secretaria de Estado de Cultura. Lá foi possível mapear algo em torno de 5 mil agentes culturais, todos interessados na pauta da economia criativa.

O que se viu foi que a maioria da produção atua no artesanato, na gastronomia domiciliar, na moda artesanal, ou seja, em setores ainda altamente dependentes da política pública como direito que lhes cabe. Considerando-se um percentual aproximado de 60% de informalidade desses agentes, uma grande maioria deles ainda pode evoluir muito no uso de ferramentas de gestão, empreendedorismo. O que ficou claro também é que existe uma demanda legítima cada vez maior por participação e conhecimento nesse contexto.

Um retrospecto da minha atuação na extinta Secretaria de Economia Criativa, entre 2013 e 2015, demonstra que pouco mudou de lá para cá. Quando nos voltamos para os agentes culturais de base, percebemos que pouco se compreende sobre o conceito de economia criativa em si ou mesmo sobre essa promessa de que as práticas culturais são um negócio. Entretanto, mesmo assim, é completamente possível constatar uma singular capacidade de geração de riqueza e valor, um valor potencialmente monetário, mas sobretudo comunitário.

Por exemplo, o Circuito de Quadrilhas em Parauapebas, no Pará, um Município de 200 mil habitantes, fruto de um processo de exploração da Vale, inventou uma tradição quadrilheira, que movimenta simbólica e economicamente a cidade todos os anos. Menciono também a literatura periférica, que inaugurou um gênero literário, a literatura marginal, que reposicionou esse tipo de produção brasileira. Cito ainda as práticas da economia solidária, que, com suas moedas complementares e bancos comunitários, nos trouxeram uma alternativa efetiva de fluxo financeiro em várias regiões do País.

É essa qualidade de práticas e ações que se opta por liquidar quando se declara extinto o Ministério da Cultura.

Supondo que o argumento de economia orçamentária seja apenas um tosco erro de análise, eu desejo fortemente, deste meu lugar de mulher negra, engajada nas políticas públicas e gestora de cultura, que os debates como o de hoje nos ajudem a contrapor essa decisão.

Obrigada pelo espaço.

Sigo à disposição para somar nessa tarefa. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Áurea Carolina. PSOL - MG) - MUITÍSSIMO OBRIGADA, DALVA.

Informo, para conhecimento de todos, que possivelmente haverá hoje a apreciação em plenário da Medida Provisória nº 870, que trata da reforma administrativa da gestão Bolsonaro, extingue o Ministério da Cultura e outras Pastas, produz um desmonte avassalador em várias áreas e políticas públicas do Estado brasileiro.

A bancada do PSOL apresentará hoje um destaque sobre a extinção do Ministério da Cultura. Esperamos conseguir mobilizar e sensibilizar uma parte dos Parlamentares aqui, para que não se comprometam com esse desmonte, que sinalizem para a sociedade brasileira que têm compromisso com os direitos culturais, que têm compromisso com a Constituição. Essa é uma luta muito grande, e não é coincidência que este seminário aconteça justo hoje. As forças nos trazem para este momento.

Quero registrar a presença aqui de algumas pessoas.

Seja bem-vinda, Mariana Ribas, Secretária de Cultura do Município do Rio de Janeiro *(palmas)*; Vereador Ivan Moraes, da cidade de Recife, Pernambuco, parceiro de luta do PSOL *(palmas)*; Dríade de Aguiar, que é do Fora do Eixo, da *Mídia Ninja*, do Ela *(palmas)*; Norval Berbari e Robson Parente, da FETEG, que vieram de Goiânia *(palmas)*; Wellington Dias, Conselheiro Estadual de Cultura de Goiás *(palmas)*; Roger Thomas, do Ponto de Cultura Cidade Livre; e Sacha, da Secretaria Estadual de Cultura; Jefferson Lobato, do Cidade Livre. Sejam bem-vindos. *(Palmas.)*

Eu peço a quem tiver interesse de fazer o registro da presença que, por favor, se manifeste aqui para a Secretaria da Comissão, além das pessoas que vão participar deste seminário como integrantes da próxima Mesa, que já estão aqui conosco.

Convido a falar agora a minha querida parceira Cida Falabella, "Vereatriz", como dizemos na Gabinetona - um mandato coletivo que nós construímos. Somos quatro Parlamentares eleitas. Uma delas é a Cida. Eu estou aqui em Brasília. Nós temos mais uma Vereadora, que é a Bella Gonçalves, em Belo Horizonte, e uma Deputada Estadual, que é a Andréia de Jesus. Esse é um mandato feminista, antirracista, popular, periférico, que tem a cultura na centralidade da nossa construção política emancipatória. Eu tenho muito orgulho de poder aprender e estar lado a lado com essa grande mestra.

Tem a palavra Cida Falabella.

A SRA. CIDA FALABELLA - Áurea querida, obrigada.

É uma honra estar aqui com você, com Benedita, com os integrantes desta Mesa, numa iniciativa tão importante, nesse alinhamento cósmico, porque conseguimos fazer os debates em datas tão importantes: no dia em que o MINC foi ressuscitado por Temer; no dia em que vai ser votado, mais uma vez, o desmonte do Ministério e de outras importantes políticas públicas. Então, não é à toa que estamos aqui.

Para nós, como a Áurea já disse, a cultura é uma centralidade. Nós a entendemos, na sua transversalidade, como uma luta por nenhum direito a menos. Todas as lutas pelos direitos passam pela cultura. Não é à toa que esta crise que vivemos é também uma grande crise cultural. Não é à toa que o Governo Bolsonaro e a Damares falam de uma contrarrevolução cultural. Tudo deles se relaciona à cultura, a ataque a artistas. Eles falam de cultura o tempo inteiro, mas de uma outra cultura. Não é uma cultura da vida, não é uma cultura negra, periférica, não é a cultura feita pelas mulheres, nas bordas, é uma cultura que quer desmanchar o que nós construímos nesses anos.

É muito simbólico que estejamos aqui discutindo isso. Há 3 anos, eu estava numa sala parecida com esta, com meus companheiros de todo o Brasil, para exigir a volta do MINC. Ou melhor, ele estava sendo restabelecido, mas viemos para falar do desmonte. Ocupamos todos os espaços culturais. Em algum momento, todos os espaços ligados ao Ministério da Cultura foram ocupados pelos artistas numa onda muito bonita, que aconteceu no Brasil todo.

Naquele momento, fizemos uma reflexão muito grande também sobre as bases de outro Ministério da Cultura. Então, venho

falar um pouco sobre isso, apesar de toda a dor de uma mulher que está há 40 anos no teatro, na cultura, e vê o que está acontecendo com o Ministério, com todos esses programas, com toda essa estrutura sobre a qual a Dalva discorreu tão bem. Há os impactos econômicos, os simbólicos, os impactos que vão atingir a vida, o dia a dia das pessoas. Eu venho falar também um pouco sobre a esperança de conseguirmos fazer a luta desde baixo, desde as cidades, desde os Municípios, exatamente com essa cultura viva que existe, apesar de o Estado querer o tempo inteiro negá-la. Eu acho que é por aí que temos caminhado.

Eu não posso também esquecer - até peço ao Léo que mostre ali as imagens - que, nesse dia em que lutávamos e fazíamos um debate nesta Comissão de Cultura, estavam aqui o hoje Presidente Jair Bolsonaro e seu filho nos atacando.

(Segue-se exibição de imagens.)

Houve uma ação, um beijaço, exatamente para trazer o debate sobre a liberdade dos corpos, sobre a liberdade de expressão. E eles estavam nos fotografando e nos atacando. Vieram à Comissão exatamente para fazer essa provocação. E hoje esse senhor é Presidente da República.

Então, tudo isso que aconteceu 3 anos atrás decorre de um processo. Houve a deposição de uma Presidenta; a prisão de Lula, um preso político, que foi impedido de participar da eleição presidencial; o brutal assassinato da nossa colega Marielle. Não há como separar essas coisas. Todas elas estão juntas e dizem dessa cultura da morte que esse processo todo representa.

Nesse dia, foi lido por nós um documento. Eu vou ler alguns trechos dele para vocês, porque ele é muito simbólico do que estávamos discutindo. E eu acho que tem que ser essa a discussão, independentemente de o Ministério ser extinto ou não, porque, na prática, ele já está. Acho que foi o Chico Buarque que disse: *"Será que vale a pena um Ministério da Cultura no Governo Bolsonaro?"* Eu também tenho dúvidas, embora a nossa equipe, todo mundo, nós sempre digamos que as estruturas são muito importantes. Mas as estruturas vão ser preenchidas por que tipo de pensamento, de política? Então, pensamos que talvez tenhamos que repensar o Ministério para frente, em outras bases, em outro modelo, em outro formato. Nós dizíamos:

O atentado contra os Ministérios da Cultura, Direitos Humanos, Mulheres, Igualdade Racial, Desenvolvimento Agrário nos evidencia a tendência machista, racista, fundamentalista, fascista e elitista dos golpistas.

As polícias já estão agindo contra a sociedade civil, criminalizando movimentos sociais e intensificando atos contra secundaristas, crianças, mulheres, negras, indígenas, LGBTs, ativistas, assim como em ocupações, aldeias, quilombos e favelas.

Essa perda de direitos civis é consequência da capitalcracia, que lotou as Câmaras de corruptos que vendem o nosso País para contribuir com o avanço do neoliberalismo.

Neste momento histórico - era o Fora, Temer! -, devemos desconstruir 500 anos de golpes contra a nossa diversidade cultural. O golpe, capitaneado pela Direita, foi o fator que nos aldeou. Somos o sonho do quilombo cultural urbano, que se isola desse sistema exploratório para enegrecer nossa história, romper fronteiras, diluir territórios e descolonizar geral.

Através da arte, dos rolês culturais e da autotransformação, desejamos recriar narrativas que provoquem o empoderamento em massa e espaços novos de experiência democrática.

Então, o debate é o mesmo hoje, intensificado por uma eleição. Naquele momento, foi dado um golpe; agora estão no poder pessoas que foram eleitas. Isso significa que elas estão com tudo na mão para fazer esse desmonte, não é isso?

A nossa experiência em Belo Horizonte vai na contramão disto que está acontecendo. Há esse desmonte aqui e no Estado, em Minas, um Estado que mata pessoas através da atividade minerária e em que não há nenhum tipo de sensibilidade para a riqueza cultural nesse novo Governo, do NOVO. Como dizem os nossos amigos, nada mais velho do que o NOVO, porque, realmente, o que eles trazem de novidade é o desmonte do Estado, é o Estado mínimo, é o fim de políticas, inclusive das políticas culturais.

A cultura poderia ser, sim, uma possibilidade de criar novas matrizes, inclusive econômicas, para o Estado. E isso é desmontado, acabando com uma Superintendência de Interiorização, por exemplo.

Em Belo Horizonte, nós estamos na contramão. O Juca está aqui e vai poder falar melhor, mas nós conseguimos, por exemplo, recriar uma Secretaria de Cultura num ambiente totalmente hostil, de cortes, com esse discurso de sempre, que esconde, na verdade, o discurso ideológico. Eles querem terminar com o MINC não é por causa de orçamento. Nós sabemos que não é por isso.

O que se quer desmontar é uma política pública de inclusão, de empoderamento das bordas, dos jovens, da juventude negra e periférica, que morre menos quando tem acesso a equipamentos culturais, a atividades culturais. Lá em Belo Horizonte, nós conseguimos recriar uma Secretaria de Cultura. E é muito importante termos as instituições funcionando neste momento, porque elas dão um outro patamar de trabalho. Pensamos em Belo Horizonte para dizer que pode ser que tenhamos que reconstruir as bases nos nossos territórios mesmo, nas nossas cidades, enquanto não temos uma mudança ou não conseguimos fazer essa transformação.

Então, eu acredito - a Dalva já colocou isto também - na cultura viva, nessa cultura que está no dia a dia das pessoas, que está na vida, a vida vivível. Então, a cultura faz parte de todas as formas de vida, além dessas estabelecidas, pré-estabelecidas. É através desse empoderamento e também da chegada de pessoas como eu, que achou que, numa hora, era insuficiente o que estava fazendo dentro da arte e da cultura... Nós vemos muitas pessoas, ativistas, artistas, querendo estar nesse lugar, estar nos Parlamentos, estar nas Câmaras Legislativas, porque é possível, sim, incidir na política através desses espaços. É possível conseguir uma sinergia quando o Executivo tem uma compreensão do papel da cultura. Temos vivido isso lá Belo Horizonte, e eu acredito que esse é um dos caminhos que vamos conseguir trilhar.

Neste momento, o que nós temos é um cenário muito desolador. Na exposição do Secretário aqui mesmo, nós não conseguimos ver nenhum tipo de programa. Só se falou praticamente de lei de incentivo. Sabemos que política pública não se faz só com lei de incentivo. Não é assim que se faz. É preciso haver programas estruturantes. Fazem muita falta, sim, os programas, os prêmios Myriam Muniz, Carequinha, todo o apoio que existia, toda a questão dos museus, que estão sumido,

pegando fogo. Como vai ficar tudo isso?

Todas as iniciativas que foram sendo construídas e que serviam de alinhamento, inclusive para Estado e Município, com a ideia de se criar um sistema de cultura, como existia o sistema de saúde... É uma ideia bonita a cultura como um bem. É preciso ter saúde e ter cultura. É preciso ter acesso às políticas de cultura, tem que se fruir cultura, construir cultura em comunidade.

Então, no momento, isso tudo está se desmanchando, a parte estrutural. Mas o que vemos é uma força muito grande das bases que sempre existiram. E o Estado não acabou com essas manifestações. E é delas também que virão esse avanço e essa reconstituição.

Acredito que vamos continuar firmes e lutando, dentro do Parlamento, no beco, na favela, na praça pública, nos teatros, com força e criatividade, porque assim é possível pensarmos - se não imediatamente - que logo a cultura virá, de novo, com a força que tem, ou talvez mais radicalmente, fazer as transformações necessárias para este País.

Era isso. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Áurea Carolina. PSOL - MG) - Admiro a sua força, Cidoca querida.

Quero registrar a presença de alguns colegas Parlamentares aqui: Deputado Chico d'Angelo, que foi Presidente desta Comissão; Deputado Waldenor Pereira, da Bahia; Deputado Frei Anastacio Ribeiro. Já estiveram aqui conosco a Deputada Luizianne Lins; o Deputado Alexandre Padilha; a Deputada Erika Kokay; o Deputado Marcelo Calero; e a nossa querida Presidenta, a Deputada Bené. Registro também a presença do Rodrigo Forneck, Vereador de Rio Branco, no Acre, que foi ex-Secretário de Cultura - bem-vindo! -; de Neo Anaquim e Mauri de Castro, que são da Interiorização da Cultura de Goiás. Eu passo a palavra agora para o Juca Ferreira, ex-Ministro da Cultura e atual Secretário Municipal de Cultura de Belo Horizonte.

O SR. JUCA FERREIRA - Boa tarde a todos e a todas. É a segunda vez que eu venho a esta Comissão em menos de 1 mês. Talvez seja um sintoma positivo do trabalho que a Comissão está fazendo, querer ouvir uma pessoa que, de alguma maneira, esteve à frente do Ministério que foi extinto. Mas a obra fica através das políticas, da memória, das pessoas que ajudaram a construir toda uma política cultural e democrática no Brasil.

Queria saudar meus colegas, ex-colegas do Ministério da Cultura, os trabalhadores; os Secretários Estaduais e Municipais presentes; e as pessoas que militam na área cultural. Eu vou direto, porque o tempo é curtíssimo. Baiano tem dificuldade de síntese. Então, para mim, vai ser um esforço acompanhar.

Na visita em que estive aqui, participando de um outro debate sobre a Lei Rouanet, eu fiquei muito impressionado com a falta de informação sobre o que foi o Ministério e o que foi construído. O que foi construído no Brasil repercute até fora do Brasil. Só um dos nossos programas, o Cultura Viva - e esse não é o único -, já foi adotado por sete países do mundo. Sobre as políticas de direito autoral na Internet, quando eu estive na França, a Ministra da Cultura da França me pegou pelo braço e disse: "*Eu quero o Marcos Souza emprestado para passar aqui 1 mês treinando o meu pessoal*". Eu disse: "*Negativo, não pode*". Quando eu tive na Alemanha - lá não existe Ministério da Cultura -, a pessoa que cuida do assunto disse: "*Olha, nós estamos perdendo todas para a Google, para todos os que transportam conteúdos sonoros e visuais. A gente queria um apoio de vocês*". E a UNESCO disse que nós tínhamos o melhor núcleo governamental do mundo na área de direito. E eu estou dando um detalhe.

Às vezes, as pessoas concentram excessivamente o foco em uma política, que foi a política de fortalecer, apoiar e reforçar o protagonismo cultural da sociedade, mas era uma quantidade gigantesca de ações. Então, eu fiquei muito surpreso com a falta de informação, e me desculpe falar com essa sinceridade, mas os Parlamentares têm obrigação de se informar quando vão falar sobre uma área na qual eles terão uma importância grande ou para recuperar ou para jogar pedra de cal sobre essas políticas que foram feitas. Por exemplo, estão repetindo com uma constância tão grande, e eu me dediquei exatamente a desmentir esse aspecto, que havia uma tremenda corrupção na Lei Rouanet. Mentira! Não existe possibilidade, mesmo que quisessem, e não era o caso, porque em todos os anos trabalhamos lá de forma republicana. Eu não acredito que cultura seja uma questão de esquerda ou de direita. É uma questão de civilização ou barbárie. Essa é a questão. Então, trabalhamos, e a Lei Rouanet, mesmo que quisesse, não podia, porque quem diz onde vai ser aplicado o dinheiro são os departamentos de *marketing* das empresas, o que é um equívoco da lei, que pode ser corrigido sem precisar destruir a lei.

Eu sou conhecido como um crítico da Lei Rouanet, mas um crítico construtivo. Tive 10 anos para detonar a lei se eu quisesse, e, na verdade, o que nós queríamos era aprimorar, porque eu fui primeiro Secretário-Executivo, depois Ministro e depois, nos 2 últimos anos da Presidenta Dilma, voltei ao Ministério, e nunca pensamos nisso. O que nós pensamos era aprimorar, porque ela, como está constituída ou como estava, a essa altura da partida não sei se já detonaram a lei, mas está aí em uma situação vexatória, gerou distorções, e é preciso corrigi-la. É só isso. Não precisa destruir.

Então, a primeira coisa é informação. E, segundo, aí já é uma questão mais profunda: pouca gente sabe o que é cultura quando está falando de cultura. Eu fico surpreso com a superficialidade com que o tema é tratado. Não se pode avaliar o que está se perdendo se não se sabe o que está sendo feito, qual é a natureza, qual é a profundidade.

E, no Brasil, nós estamos correndo um perigo que não é só nosso, é um perigo que está avassalador e está atingindo várias sociedades: a extrema direita, que saiu direto da lata do lixo para disputar o poder nas diversas sociedades no mundo, inclusive na Europa. Eles se associaram ao neoliberalismo, ao capital financeiro e só pensam em produção, circulação e consumo de mercadorias. Reduz uma nação inteira à sua dimensão econômica. O resto não interessa. Pode destruir tudo que não interessa. E nós estamos sob a égide... E não é a primeira vez. O Collor representava esse mesmo projeto, e não é coincidência que acabaram com o Ministério da Cultura à época.

Aliás, o Ministério da Cultura tem uma força simbólica enorme. Foi a primeira medida governamental depois da queda da ditadura com o Presidente Sarney; depois, com o Collor, quando o neoliberalismo ganha a eleição, foi transformado em Secretaria; e agora, depois do golpe da Presidenta legitimamente eleita, voltou a ser extinto e só voltou a existir por força de uma pressão gigantesca dos artistas, produtores, fazedores de cultura, trabalhadores da área cultural governamental ou não, o que sensibilizou opinião pública.

É visível o que foi feito, os benefícios que o Brasil tem quando avança culturalmente; mas não adianta um Ministério vazio,

tipo essas construções que as empresas não conseguem chegar ao final, fica aquela estrutura ali, empretecendo e envelhecendo, mas sem nenhum uso.

E era isso que estavam fazendo, voltaram com o Ministério da Cultura no próprio Governo Temer, mas foram esvaziando por dentro, desestruturando as equipes. Um Ministério não é só estrutura burocrática, são os trabalhadores, o *know-how* que é desenvolvido em anos de prática, as políticas públicas que são construídas, os programas e os projetos.

Então, é uma complexidade gigantesca que precisa ser considerada neste momento da avaliação, não é só estrutura, recria ou não recria. Eu também tenho essa dúvida, apesar de achar que recriar é um marco importante da luta da área cultural. E aí a gente passa a ter uma segunda luta, que é não deixar morrer.

Vou dar um exemplo: eles não tiveram coragem de bulir no IPHAN, mas iam criar um órgão. O Temer, logo no início, junto com a extinção do Ministério da Cultura, ia criar um órgão para facilitar decisões de interesse econômico, para monetarizar o patrimônio cultural brasileiro, principalmente os que existem nos centros históricos das nossas cidades.

Os centros históricos se desvalorizaram, mas de uma década para cá estão vertiginosamente sendo valorizados, e o patrimônio existente aí dentro, hoje, tem um valor incalculável, e tirar o IPHAN, com sua base técnica construída há muito tempo, desde os modernistas brasileiros, não tiveram coragem de tirar completamente, mas tentaram criar um órgão em substituição ao IPHAN para tomar as decisões.

Então, as coisas são complexas e se movem dessa maneira.

Eu não vou fazer o histórico, porque eu quero chegar bem ao final, já foi feito aqui de alguma maneira por Dalva e pela própria Deputada que dirige, minha amiga Áurea Carolina. Eu hoje sou meio baiano e meio mineiro, porque eu estou militando lá e a cidade me acolheu de uma forma espetacular. Então, eu sou um "baiano". Ainda não sei dizer "nó", mas chego lá. Quando eu tento usar, eu erro, então, estou evitando.

Dentro desse histórico, há primeiro essas coincidências históricas, criam e destroem, mostrando que há uma carga simbólica enorme, não há democracia no Brasil sem desenvolvimento cultural. O País precisa desenvolver a sua população para viver o século XXI individualmente e coletivamente. Para enfrentar os grandes desafios do século XXI, o Brasil precisa se desenvolver culturalmente.

Eu tenho consciência de que as estruturas públicas são secundárias em relação aos criadores, aos artistas, mas é um secundário não desprezível, porque cabe ao Estado democrático criar as melhores condições para o desenvolvimento cultural do País, liberdade de expressão, por exemplo. Tem que garantir a liberdade de expressão absoluta, e essa turma que está aí está recuperando o crime de expressão, perseguindo pessoas.

Enquanto eles perseguem um cineasta pernambucano, o Kleber, um dos seis brasileiros, nunca houve isso, está concorrendo ao prêmio em Cannes. E ele está sendo punido porque se manifestou contra o *impeachment* da Presidenta Dilma.

E ele não é o único. A ideia é varrer completamente a liberdade de expressão que foi conquistada no Brasil. Isso é grave, muito grave, e tem a ver com a destruição do Ministério da Cultura, que criou uma série de política, como foi descrito aqui, que possibilita criar esse ambiente favorável para o desenvolvimento.

Vou dar um exemplo concreto: quando Lula assumiu e chamou Gilberto Gil para ser Ministro da Cultura, o Brasil fazia menos de dez filmes por ano. Não havia condições de fazer mais, porque o Collor, a experiência neoliberal anterior tinha acabado com toda a estrutura de produção do cinema brasileiro e do audiovisual. Com Lula, nós chegamos e estamos agora fazendo 160 filmes por ano. Saímos de menos de 10 filmes para 160.

Há produtora de cinema e audiovisual em todas as capitais do Brasil e, com um percentual grande, nas cidades de médio porte. Já ocupamos, sem usar a cota de tela, uma parcela considerável do público das salas de exibição. E o mais importante é que, depois da dimensão cultural, já é superavitário.

Então, para que bulir nisso? Para que ir para cima disso? O argumento da economia é falacioso, é insustentável, com 1 minuto de conversa, porque o que se ganha é muito mais do que se bota em termos de recursos. Mas incomoda, porque essa nova onda do cinema brasileiro que se manifesta em todo o Brasil é crítica às mazelas brasileiras, é democrática, e quer o desenvolvimento do País, onde o povo seja considerado e a cultura do povo seja respeitada. O povo que eu digo aí é o espectro complexo do Brasil, que é um País que tem uma densidade e uma adversidade cultural. Todos os povos do mundo existem no Brasil e todos fazem parte do povo brasileiro.

Eu falei da mentira da Lei Rouanet. É mentira! Chamem-me aqui quando quiserem para conversar sobre isso. Houve também a destruição do IPHAN.

Agora, quando eu estive de novo no Ministério da Cultura, fiquei assustado com o terror que existe entre os funcionários honestos, com medo de botar o "chamegão", porque sabem que há uma intervenção de criminalização da cultura, dos artistas e dos funcionários também. Passam 5, 10 anos para limpar o nome, gastam dinheiro com advogado. Eu conheço gente que se desestabilizou emocionalmente, teve que ir para uma clínica e vender a casa para pagar advogado. E é uma pessoa absolutamente inocente. Não vou citar nome porque não é conveniente.

É crime o que se faz, é uma tentativa de desmonte do Estado brasileiro. Não há país bem sucedido sem um Estado forte. E Estado forte não é Estado militarizado, não. Estado forte é um Estado democrático, que responde às demandas e necessidades da população.

Na área cultural, estruturamos um Ministério republicano, sem escândalos, onde pouco importava se era de direita ou de esquerda. Tenho aqui um testemunho que foi muito bem tratado pelo Ministério, não sei se de esquerda ou de direita, mas os governos lá não eram muito católicos.

O SR. JOSÉ PAULO SOARES MARTINS - Ministro, o senhor me chamava de tenente dos empresários.

O SR. JUCA FERREIRA - Isso. (Risos.)

Era de brincadeira. (Risos.)

Era brincadeira, mas era um pouco verdade também.

Então é o seguinte: Lula incorporou a cultura no projeto de Nação. Não só melhorou as condições materiais da população, não. Vou dar um exemplo: quando nós chegamos, a série histórica dos tucanos era de 287 milhões de recursos para o Ministério. Era tão pequena - zero vírgula merreca - que gerava impossibilidade de um investimento minimamente

responsável nos fluxos culturais mais importantes do País. Chegamos a 1,3 bilhão no último ano de Lula e a 1% do Orçamento. Tivemos possibilidade de recuperar o patrimônio, desenvolver projetos, como o PAC das Cidades Históricas, e políticas de estímulo ao protagonismo cultural da nossa população. Mais de 100 mil grupos culturais existentes na nossa população nunca tinham sido considerados pelo Estado brasileiro.

Então é isso que está em jogo. É evidente que, se o Ministério acabar, a cultura brasileira não acaba, mas as condições de desenvolvimento do País...

O tempo urge, o mundo está se redefinindo. China, Estados Unidos, Rússia, numa movimentação secundária com a Europa, estão redefinindo o mundo. Se o Brasil não tiver energia, força, *know-how*, integridade - minha leitura de integridade é um pouco diferente - e capacidade de se mexer no século XXI, nós seremos engolidos, vamos virar um entreposto comercial, que é o plano dessa gente que beija a bandeira americana. (*Palmas.*)

Nós somos uma grande Nação. Nós somos a oitava economia do mundo e podemos avançar. Temos que desenvolver essa economia, que uns chamam de criativa, e outros, de simbólica. Pouco importa, eu não gosto muito dessa polêmica, mas, de qualquer jeito, temos um potencial enorme.

Olhem o cinema brasileiro: deu um pulo, bastou criar condições para que se desenvolvesse com liberdade e com capacidade. Todas as áreas nós temos. Não há democracia sem desenvolvimento cultural, porque não basta dizer que todos são iguais perante a lei. Todo mundo sabe que isso é uma mentira no Brasil. Existem os mais iguais e os mais diferentes. Vão a uma favela, passem o dia lá para entender se todos são iguais, se não são acossados pelo traficante, pela milícia ou pela polícia. Não há direito à cidadania ali.

Então, é preciso recuperar a democracia brasileira na sua plenitude. As instituições precisam voltar a funcionar dentro das funções constitucionais, sem atropelar a outra.

Eu acho que estamos precisando reconstituir um pacto que permita a democracia no Brasil. Com o *impeachment* da Presidenta, foi rompido o pacto que permitiu sairmos da ditadura e vivermos esse período democrático. Esse pacto foi rompido, é preciso reconstituí-lo e juntar todo mundo, todas as classes sociais, com todos os representantes que tenham interesse na democracia, para constituirmos um processo de recuperação.

É uma farsa o que estamos vivendo no momento. E a cultura é parte desse processo de destruição de um projeto de Nação. Eu tenho certeza de que, mesmo que os mais tontos e, como diz Ciro Gomes, os mais idiotas não conseguem compreender, pois apenas operam, os que estão por trás, mexendo com os cordões, estão desenvolvendo uma guerra contra o País, uma guerra moderna, destruindo suas instituições, inoculando o ódio, destruindo todas as conquistas sociais. E a cultura está dentro disso. A cultura é um instrumento de resistência e tem que ser um instrumento de desenvolvimento econômico, social e político do País. É sobre isso que estamos conversando aqui.

Eu vou fechar, para não atropelar demais e minha amiga não puxar a minha orelha, mas voltarei a falar, se houver possibilidade. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Áurea Carolina. PSOL - MG) - Muito obrigada, Juca. Estamos juntos.

Convido agora os colegas Parlamentares. Quem deseja abrir a palavra?

Concedo a palavra ao Deputado Chico d'Angelo.

O SR. CHICO D'ANGELO (PDT - RJ) - Primeiro, quero saudar a iniciativa da Deputada Áurea de fazer esta audiência pública e cumprimentar todos os membros da Mesa, o ex-Ministro Juca Ferreira, que, de maneira longa, mas muito didática, expôs qual é o papel da cultura no País. (*Risos.*)

Eu tive oportunidade, Presidenta, no meu outro mandato, de ser o Presidente desta Comissão, num momento dramático, quando da extinção do Ministério. A cultura mostrou a sua pujança e a sua força com mobilizações. Nesta Comissão e no Brasil todo, afora o mundo do teatro, da música, da dança, do circo, houve mobilizações que surpreenderam o Governo Temer, que, em 10, 15 dias, recuou e recriou o Ministério da Cultura. Conforme o Juca falou, é evidente que o recriou e o minou por dentro, já que o simbolismo do Ministério era cumprir um papel, e ele o asfixiou financeiramente.

Eu fui Vice-Presidente da CPI criada pela base do Temer, que promoveu o *impeachment* da Dilma. Criaram a CPI da Lei Rouanet, ainda no Governo Dilma, com a única e exclusiva função de criminalizar os artistas. Foi essa a função. O Juca esteve aqui, assim como vários outros Ministros.

A que conclusão se chegou nesta CPI? Os Parlamentares tinham, primeiro, um desconhecimento profundo, nem sabiam o que era a Lei Rouanet. Estavam com a cabeça na corrupção dos artistas, que pegavam o dinheiro dos recursos liberados. Eles não conheciam nem a dinâmica da Lei Rouanet. E foi uma aula, porque os depoimentos feitos aqui deixaram o conjunto dos Parlamentares, que na sua maioria tinha como interesse o objetivo de ver artistas presos...

Saiu-se da CPI com uma proposta até de aperfeiçoar a Lei Rouanet. Os Deputados e Relatores passaram a dizer: "*Não, a Lei Rouanet é boa*". A CPI chegou a esta conclusão: "*A Lei Rouanet é boa. Nós temos que fazer alguns arranjos para melhorar a Lei Rouanet*".

Então, a cultura tem, a partir da minha militância na Presidência da Comissão - trabalho muito com o tema da saúde -, passei a incorporar a importância da cultura para o meu País e para o meu mandato também.

Eu fico muito satisfeito de estar aqui. Acho que a Deputada Benedita tem feito um belo trabalho na Presidência da Comissão e que nós temos, como o Juca disse, de resistir. Acho que já começa a haver, aqui e ali, ventos bastante positivos da sociedade brasileira, que estava anestesiada depois desse cenário de desmonte não só da cultura, mas também das universidades, da FIOCRUZ, do Ministério da Cultura.

Na vinda do atual Ministro da Cidadania, da Cultura e do Esporte aqui na semana retrasada para falar sobre cultura - o depoimento dele foi para isso, para ele vir aqui dizer o que ia fazer e qual é o orçamento -, ele falou durante 1 hora. Da 1 hora em que ele falou, 50 minutos foram sobre esporte e assistência social. Nos 5 minutos finais, ele falou *en passant* da cultura. Encerrou-se o tempo, e ele não falou da cultura. Eu disse: "*Acho que o senhor devia entregar essa Pasta, até a Secretária, porque não há compromisso, não há projeto*". Então, nós estamos vivendo essa situação dramática.

Essa iniciativa de fazer esta audiência... Essa questão, como o Juca bem colocou... É bom haver o Ministério da Cultura. Acho que ele tem um simbolismo. O Ministério da Cultura cumpre um papel de simbolismo. Mas pode não haver Ministério, como em alguns países não há, mas há recurso, há planejamento. Uma Secretária pode ter isso. Hoje nós não temos nem

Ministério nem uma Secretaria que tenha o ideário de estimular a cultura brasileira. O exemplo maior, potencial, da cultura, como foi dito aqui, é o crescimento fantástico dos cinemas e de todo o audiovisual brasileiro.

Obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Áurea Carolina. PSOL - MG) - Muito obrigada, Deputado Chico d'Angelo.

Concedo a palavra ao Deputado Waldenor Pereira.

O SR. WALDENOR PEREIRA (PT - BA) - Boa tarde, Deputada Áurea.

Cumprimento a todos da Mesa e, de forma muito especial, o meu conterrâneo Juca Ferreira. Ali emprestamos temporariamente a Minas Gerais, ele que nos orgulha tanto... Quero saudar o embaixador baiano nas terras mineiras.

Quero cumprimentar também os colegas Deputada Benedita, Presidente desta Comissão, e o Deputado Chico d'Angelo. A companheira Maria Marighella, neta do extraordinário Carlos Marighella, ativista da cultura e também dirigente da nossa Secretaria de Cultura, está aqui presente com o filho de Marighella.

A extinção do Ministério da Cultura, a nossa Vereadora Cida destacou com muita propriedade, faz parte do golpe institucional, parlamentar, classista que impediu que uma Presidenta honesta, honrada, eleita democraticamente por 54 milhões de votos dos brasileiros, que não atentou contra a Constituição, não cometeu nenhum ato de improbidade administrativa, tivesse que se afastar do exercício da sua função de Presidente.

Isso faz parte do golpe que condenou e prendeu injustamente o companheiro Lula, que comprovadamente está sendo alvo de uma grande injustiça, de uma perseguição implacável. Basta dizer que a Operação Lava-Jato, coordenada pela Polícia Federal, Ministério Público e Justiça Federal, completou agora 5 anos de intensas investigações, com mais de 2 mil processos instaurados, mais de 500 buscas e apreensões, mais de 300 delações premiadas, e não se conseguiu construir absolutamente nada de prova contra o nosso Presidente. Lula foi condenado e preso para ser afastado de uma candidatura. Todo o povo brasileiro reconhece a sua possível eleição naquela oportunidade, que resultou na eleição de um presidente que atrai para a cena política brasileira uma pauta extremamente conservadora e reacionária. Ele retira do armário o que há de mais abominável no processo civilizatório: xenofobia, intolerância com os negros, discriminação contra as comunidades LGBT e indígenas, discriminação contra as mulheres, contra o povo pobre, discriminação até do ponto de vista da origem regional das pessoas, como os nordestinos que somos. É muito importante que compreendamos que a extinção do Ministério se deu no bojo desse processo de golpe que foi a nós imposto neste País.

Coincidentemente, Deputada Áurea, no dia de hoje, e V.Exa. está de parabéns pela iniciativa, nós vamos debater daqui a pouco, infelizmente - eu estava torcendo para que caducasse a medida provisória -, a Medida Provisória nº 870, que promove a reestruturação administrativa deste Governo xenófobo, misógino, fascista, com todo o respeito à sua representação na Mesa. Essa medida realmente, V.Exa. tem razão, tem a clara intenção de desmontar o Estado brasileiro com as tantas iniciativas que já foram tomadas.

Nós estamos resistindo bravamente, e a realização desta audiência pública é digna de elogios e de louvor, para que ainda em tempo possamos, quem sabe, com um processo de obstrução, impedir a aprovação dessa medida provisória, que traz no seu bojo a extinção desse Ministério tão importante para a formação do povo brasileiro.

Parabéns! Muito obrigado pela oportunidade. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Áurea Carolina. PSOL - MG) - Muito obrigada, Deputado Waldenor.

Foi iniciada a Ordem do Dia.

Concedo a palavra à Deputada Benedita da Silva.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ) - Nós estamos em audiência pública, e a Ordem do Dia não interfere. Por isso faço o primeiro... Não interfere, senão não ia haver a audiência.

Eu quero cumprimentar a Deputada Áurea Carolina por sua iniciativa, o Sr. Juca Ferreira, a Sra. Dalva Santos, o Secretário José Paulo Martins e também a Vereadora Cida Falabella.

Acompanhei isso com certa preocupação, porque estão desmontando o Estado brasileiro. Não vou ser repetitiva com relação ao golpe, ao *impeachment*, à continuidade desse golpe, à prisão de Lula, porque tudo isso já foi muito bem enfatizado aqui.

O que nós estamos vendo é que a cultura é muito importante. A cultura faz com que a sociedade se renove. Eu sempre repito: ela é revolucionária. E, quando um Governo mata a cultura... Não é só isso o que nós estamos enfrentando, não é somente acabar com o Ministério da Cultura. As políticas que estão sendo implementadas pelo Governo fazem com que os segmentos sociais... Uma coisa foi dita pelo Juca: "*Nós não somos todos iguais*". Esse desmonte faz com que os diferentes continuem excluídos, exatamente sem nenhuma possibilidade.

O que a arte faz senão uma expressão de guerra, quando ela se contrapõe a determinadas medidas que se tomam? Vão para rua, fazem passeata, cantam e fazem música, representação teatral, pintam. Fazem tudo isso com liberdade. Então, é a liberdade que querem tirar da cultura, sabendo que a nossa cultura está no primeiro passo que nós damos em nossa casa, do café da manhã ao jantar. Então, cultura não é uma coisa qualquer. Não é simplesmente acabar com o Ministério da Cultura, porque o Ministério da Cultura é um dos instrumentos para que possamos mobilizar a cultura brasileira. Ele não pode ser o único instrumento. Ele pode até ser o principal instrumento, porque aglomera todos os equipamentos necessários para que coloquemos a cultura no seu devido lugar.

No entanto, a que nós estamos assistindo é lamentável. Eu não quero apenas perguntar para o Secretário o motivo pelo qual acabaram com o Ministério da Cultura, até por sua trajetória. Ele veio acompanhando vários... Eu quero crer que, por uma questão de ética, ele não vai se manifestar, mas ele sabe que foi exatamente no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, com o nosso ex-Ministro Gilberto Gil, que a cultura teve fôlego, porque houve respeito, ainda que com limite; e se criaram instrumentos para que ela pudesse evoluir. Mas estão ideologizando toda e qualquer manifestação. E a manifestação cultural está na ordem do dia, porque a cultura não pode ser aquela cultura pelo meio da qual você fale da fome, que você fale da miséria, que você fale da alegria, que você fale das relações sociais, que você fale das etnias. Não pode!

Evidentemente, não pode, porque essas coisas inexistem. E a cultura dá transparência a um Brasil real, a um Brasil de verdade.

Por isso nós estamos aqui nesta Comissão lutando, não só através da iniciativa da Deputada Áurea Carolina, que aqui tem

sido um bom peso, uma boa medida para fazermos essa luta, mas contamos sobretudo com vocês. E nós temos que combater ideologia com ideologia. Não dá para não se fazer esse combate. A nossa ideologia e o nosso partido aqui nesta Comissão é a cultura. E nós vamos defendê-la de todas as formas, com vocês. Vamos defendê-la aqui, vamos defendê-la nas ruas, vamos defendê-la nos palanques, vamos defendê-la nas favelas, vamos defendê-la na criatividade musical, vamos defender os nossos escritores, vamos defender o direito de eu ser o que sou, de fazer o que quero e não perder a minha identidade.

Por isso, parabéns para vocês, que mais uma vez atenderam ao nosso pedido.

Juca, você sabe que nós te amamos. Sabemos que não dá para deixar você falar primeiro, senão os outros não vão conseguir falar. Por isso, fazemos isso com você, para você também poder voltar mais uma vez. Está bom? *(Risos.)*

Um beijo no coração de vocês.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Áurea Carolina. PSOL - MG) - Maravilhosa! Gente, é uma felicidade muito grande conviver e aprender todos os dias aqui com a Deputada Bené.

Muito obrigada, mestra.

Vamos passar a palavra para cinco pessoas. Serão intervenções de quem quiser aqui se manifestar.

Vou registrar, em primeiro lugar, a presença dos estudantes do 1º ano do CEI - Centro de Ensino Integrado, do Rio de Janeiro.

Sejam bem-vindos, bem-vindas. *(Palmas.)*

A juventude está ocupando a Câmara dos Deputados.

Alessandra Dias, da Frente Única do Paraná, seja bem-vinda. *(Palmas.)*

Rita Andrade, da Frente Unificada de Cultura do Distrito Federal. *(Palmas.)*

Fabrizio Noronha, Secretário de Estado de Cultura do Espírito Santo. *(Palmas.)*

É muito importante a presença de vários gestores e gestoras da cultura, de trabalhadores e trabalhadoras da cultura, artistas. Estamos juntos.

Vamos ter uma segunda Mesa ainda neste seminário. Quero convidar para a primeira intervenção o Vereador Ivan Moraes, de Recife.

O SR. IVAN MORAES - Boa tarde a todos e a todas.

A SRA. PRESIDENTE (Áurea Carolina. PSOL - MG) - Boa tarde.

O SR. IVAN MORAES - Boa tarde, Deputada Áurea. Fico muito agradecido pelo convite. A Comissão está de parabéns por este seminário, que está bombando, cheio de gente, com milhões de pessoas assistindo pela Internet.

Venho colocar alguns pontos aqui. Primeiro, minha concordância com a fala do companheiro Juca. Nós tínhamos grandes críticas à Lei Rouanet, grandes críticas. Era uma lei que transferia o poder de dizer para onde vai o dinheiro da cultura do Estado para as empresas. Isso fez com que a maior parte dos recursos fosse sempre executada em dois Estados do Brasil: Rio de Janeiro e São Paulo. Enquanto os Estados do Norte e do Nordeste, principalmente, ficavam com uma parcela muito pequena desses recursos. Mas parece que o Governo resolveu jogar o menino com a água fora. E tem como principal alvo, curiosamente, os artistas, naturalmente, e o pessoal do audiovisual e da música. Por que será que o pessoal do audiovisual e da música sofreu os maiores cortes com essa nova regulamentação da Lei Rouanet?

Parece-me um recado muito negritado para aquelas pessoas que são identificadas por este Governo como adversários - só que não se pode considerar a cultura um adversário, assim como não se pode considerar a educação um adversário, como este Governo está falando.

Eu queria aqui colocar um ponto que ainda não foi falado. Neste ano, nós vamos ter uma avalanche de novas obras audiovisuais que estão sendo feitas com recursos aprovados de 2016 para trás, algumas até em 2017 e 2018, naquela rebarba da Lei de Incentivo à Cultura. Ao mesmo tempo, muitos festivais de cinema, que serviriam de janela para esses filmes, não vão ser realizados, porque não vão ser mais contemplados pela Lei de Incentivo. Além disso, muitas empresas privadas de radiodifusão, principalmente de TV a cabo, que foram beneficiadas pela Lei do Acesso Condicionado, de 2011, também estão fechando. Essas empresas já haviam assinado contratos com base na Lei de Incentivo à Cultura, para a realização de filmes, séries e programas de televisão, e não mais existem, colocando um monte de recurso público irresponsavelmente na lata do lixo.

Nós vamos ter, neste ano, uma avalanche de produtos audiovisuais feitos com um dinheiro que demorou muito para chegar, e ninguém sabe como essas obras vão ser vistas. Essas obras foram feitas com o dinheiro do nosso País.

Eu também quero colocar aqui uma pauta que precisa ser dialogada, já que não estamos falando somente do MINC, mas também do desmonte das políticas culturais. Refiro-me ao desmonte da EBC - Empresa Brasil de Comunicação.

Nós do campo da Esquerda democrática passamos todos os anos do PT procurando alertar aquele Governo de que era importante existir uma mídia pública forte, que servisse de alternativa principalmente para a divulgação do material que o próprio Governo pagava e que tinha um gargalo na distribuição. A EBC tem sido desmontada desde o golpe de 2016, desde o primeiro dia após o golpe. Agora, em consequência do golpe, está sendo completamente desmontada, inclusive correndo o risco de a *TV Brasil* se juntar à *TV NBR*.

Eu queria só ressaltar, para terminar a minha fala, já me desculpando por estar passando um pouco do tempo, que curiosamente este Governo que está deixando *(falha na gravação)* muito dinheiro na empresa de comunicação de um sujeito, que é um pastor, que recentemente pediu a Deus que remova as pessoas que discordam do Governo. Eu queria deixar negritado aqui nesta Casa que não serei removido. E nenhum de nós será também!

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Áurea Carolina. PSOL - MG) - Não seremos removidas, de nenhuma maneira!

A Sra. Rita Andrade tem a palavra, por 3 minutos, por favor.

A SRA. RITA ANDRADE - Boa tarde a todos.

Parabéns, Deputada! A cultura fica muito grata por esta Casa abrir as portas para este debate, que é um debate seriíssimo. Eu gostaria de chamar a atenção para o desmonte que está acontecendo em âmbito nacional e que também já está sendo

efetuado em âmbito local - estadual e, no nosso caso, distrital. Eu sou de Brasília e estou aqui representando a Frente Unificada de Cultura, que hoje é um guarda-chuva de várias entidades, sindicatos e movimentos culturais do Distrito Federal.

Nós estamos, neste momento, sofrendo o que chamamos de retaliação do Governo: está sendo cancelado um edital de 25 milhões de reais, causando uma ruptura dramática, drástica em toda a cadeia produtiva da cultura do Distrito Federal.

Lembro que, no Distrito Federal, hoje, nós movimentamos cerca de 100 mil trabalhos diretos e indiretos ligados a esses editais. Então, estamos falando não só de um empobrecimento cultural, mas também da mesa de trabalhadores.

No Distrito Federal, nós temos o Fundo de Apoio à Cultura, uma conquista da classe trabalhadora, e também temos a Lei Orgânica da Cultura, outra conquista da classe trabalhadora, da cultura, de artistas e de produtores. Tudo isso está sendo tratorado neste momento, literalmente tratorado, numa atitude ilegal e imoral. Nós consideramos dessa forma.

Eu gostaria de parabenizá-los, mais uma vez, por este debate. Neste momento, a classe cultural do Distrito Federal está mobilizada. Estamos em três pontos, exatamente neste momento, debatendo, discutindo e fazendo uma coisa que consideramos que nem era o nosso papel: estamos indo atrás de soluções para apresentar ao Governo. *"Querido Governo, não tire de nós! Vá ao IPHAN, vá ao Ministério da Cidadania, procure outros recursos, porque você está tirando da mesa do trabalhador"*.

Ressalto que a classe cultural depende dessas ferramentas, depende de a economia da cultura estar girando. Nós não temos outro tipo de apoio. Tirando esses fundos, tirando esses recursos, nós não temos como produzir. Isso traz um prejuízo social, um prejuízo cultural e um prejuízo material para toda a sociedade.

Agradecemos muitíssimo a oportunidade da fala. Estamos na luta. Contamos também com vocês nessa luta no Distrito Federal, porque nós estamos sendo bombardeados exatamente neste momento.

Muitíssimo obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Áurea Carolina. PSOL - MG) - Nós agradecemos, Rita. Estamos juntas!

Não houve mais nenhuma inscrição. Eu vou retornar a palavra para a Mesa, para as considerações finais.

Tem a palavra, novamente, o José Paulo, por 5 minutos.

O SR. JOSÉ PAULO SOARES MARTINS - Primeiro, quero dizer para vocês que eu adorei participar deste debate.

Vou pegar as palavras do Ministro Juca: existe muita necessidade de informação, de mais informação de todos nós sobre o tema. É uma obrigação nossa, do ponto de vista de Governo, passar isso aos Parlamentares. Eu gostaria de estar aqui em todas as reuniões que forem tratar do tema, para esclarecer esses pontos.

As políticas culturais não foram abandonadas. Eu apenas citei rapidamente o incentivo, porque foi uma prioridade estabelecida. Todas as restantes estão tendo a sua continuidade e serão trabalhadas no devido tempo.

Eu faço um convite ao Vereador que fez a exposição: os exemplos que tu destes, a nova instrução normativa não prejudicou. Eu posso te passar toda a informação. Vou deixar o meu cartão e podemos esclarecer o que tu precisares.

A nossa posição é esta: é importante fazermos este debate. Eu concordo também que o tempo urge. Nós temos que ter uma série de decisões encaminhadas com urgência. Os problemas que a cultura tem hoje com recursos - um exemplo é o Fundo Nacional de Cultura - são problemas que o Ministro Juca teve, a Marta teve, a Ana teve, todo o mundo tem.

Então, nós precisamos que os Srs. Parlamentares analisem os quesitos da lei que precisam ser alterados, para que possamos ter a garantia de recursos para a cultura.

É isso. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Áurea Carolina. PSOL - MG) - Obrigada, José Paulo.

De qualquer maneira, esta Comissão tem o partido da cultura. Esta é uma fala constante da nossa Presidenta Benedita.

Nós manifestamos isso para o Ministro Osmar Terra também, apesar de toda a nossa divergência em relação à condução da Pasta, em relação à extinção do Ministério da Cultura, em relação à concepção política que orienta este Governo.

Nós estamos aqui para defender as políticas culturais. Nós defendemos a ANCINE, defendemos a FUNARTE, defendemos o patrimônio histórico. Nós queremos políticas públicas estruturadas, porque o País não pode parar, apesar deste Governo.

Aqui nós temos esse compromisso republicano e democrático afirmado. Nesse sentido, o senhor pode contar conosco plenamente.

Tem a palavra a Dalva, por favor.

A SRA. DALVA SANTOS - Obrigada, Deputada.

Mais uma vez, eu quero agradecer a oportunidade de estar aqui, de tomar assento neste lugar de fala.

A despeito do não orçamento, das não propostas, dos não programas, a sensação que eu tenho é que nos cabe e que nos é possível ainda persistir nessa reorganização. Se não formos ter Ministério, eu acho que podemos ter um Ministério quilombo, um Ministério resistência. Eu acredito que o que foi instituído nos últimos 12 anos, 10 anos, mesmo que a

estrutura institucional esteja desfalecendo, não vai ser rompido. Falo dessa relação instituída entre as pessoas, do reconhecimento enquanto agente cultural, do reconhecimento enquanto agente de produção econômica, do reconhecimento para uma economia local. Eu acho que isso, de fato, não vai ter como ser barrado.

Então, eu sigo à frente, sigo à disposição.

É isso. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Áurea Carolina. PSOL - MG) - Estamos juntas!

Vamos fazer esse Ministério quilombo! Vamos nos aquilombar na resistência da cultura viva, para além do Estado, apesar do Estado, muitas vezes contra este Estado, que determinadamente nos coloca que precisamos de política pública. O Estado brasileiro não pode sucumbir aos reveses e aos temperos dos seus governos.

Tem a palavra a Vereadora Cida.

A SRA. CIDA FALABELLA - É uma alegria estar aqui entre pares, refletindo novamente.

Acho que a luta da cultura vai ser uma luta para a vida sempre, ainda mais num país com tantas características de desigualdade, de um processo civilizatório de tanta violência, dos genocídios que foram cometidos em nome de uma cultura também sobre outras. Temos muito a caminhar. Por isso, temos que ter esse compromisso de não desistir. Eu acho preocupante tudo isso que acontece, por todas as dimensões que já foram ditas aqui: a simbólica, a cidadã, a econômica.

Precisamos pensar outros modelos econômicos. A arte é cultura viva. A arte, que está dentro da cultura como uma manifestação, é uma seta que atravessa essa superfície e nos dá outras possibilidades de entendimento da realidade. Não é à toa que a arte está sendo tão atacada, porque ela desloca, ela produz pensamento. A arte é uma área do conhecimento. Então, seguimos juntos. É uma alegria ter aqui a Deputada Áurea, a Deputada Benedita, com essa fala maravilhosa, e saber que a Deputada Áurea está aqui junto e que podemos fazer também essa ligação com a Andréia de Jesus lá na Assembleia. A cultura está atravessando os nossos mandatos.

Nós nos colocamos à disposição da luta e das lutas que precisaremos lutar. Seguimos na luta sempre.

É isso. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Áurea Carolina. PSOL - MG) - Muito obrigada, Cida.

Seguimos ocupando a institucionalidade para fazer valer esses direitos e a democracia de forma plena. Nós precisamos da resistência autônoma das lutas populares e precisamos dessa ocupação institucional, para termos perspectiva de presente e de futuro.

O Juca tem a palavra, para concluir.

O SR. JUCA FERREIRA - Eu havia anotado aqui e esqueci de pedir uma salva de palmas para Chico Buarque de Hollanda, que ganhou o maior prêmio da língua portuguesa.

(O Plenário presta a homenagem solicitada.)

O SR. JUCA FERREIRA - Mais até do que Kleber Mendonça, cineasta pernambucano que está concorrendo, com possibilidade de ganhar, em Cannes, Chico Buarque foi escolhido como alvo desse fascismo caboclo que está se manifestando no Brasil. Ele foi hostilizado de todas as maneiras.

De alguma maneira, a CPI era para tentar pegá-lo, mas os caras não acompanham a vida cultural e não sabiam que Chico Buarque passou mais de 15 anos sem fazer shows, porque estava dedicado a escrever romances. Então, foram buscar, e não tinha Chico Buarque. Seria legítimo se ele tivesse recorrido a uma lei que permite que os artistas recorram a um financiamento. Mas não tinha nada. Ele é um grande, um dos maiores artistas brasileiros, que agora foi reconhecido pela comunidade portuguesa e merece todo o nosso reconhecimento e apoio.

Eu queria também me solidarizar totalmente com os artistas e com a área cultural do Distrito Federal. Vocês tiveram um dos melhores Secretários de Cultura, o Guilherme. Dialogante, ele dialogou o tempo inteiro, procurou criar uma base técnica, modificou a legislação em vários aspectos, elaborou as alternativas junto com artistas e com a área cultural, conseguiu recursos.

Quando você começa a trabalhar seriamente e tem uma Secretaria - por isso, ressalto a importância do Ministério -, você discute o orçamento. Agora me parece que a realidade é totalmente outra.

Quero aproveitar também para homenagear Fabiano Piúba, do Ceará. Hoje, neste momento, talvez ele seja a nossa melhor referência de política pública de cultura nos Estados. *(Palmas.)*

Isso não é de agora. Já faz uns 20 anos. Eles conseguiram a continuidade, por uns 20 anos, em várias áreas, com apoio às linguagens artísticas. Criaram um sistema de formação fantástico.

Então, essa obra que foi feita teve como epicentro o Ministério da Cultura, mas, na verdade, toda a comunidade cultural contribuiu para a construção desses paradigmas. Por isso, essa destruição é impossível. Eles podem, temporariamente, extinguir o Ministério da Cultura, mas é como aquela grama que é arrancada e nasce de novo. O Brasil experimentou uma liberdade absoluta de expressão nesses anos todos de democracia pós-ditadura militar. Nós experimentamos a responsabilização do Estado Democrático para o desenvolvimento cultural do País, aprendemos a construir política pública e uma base técnica e construímos um funcionalismo cultural que tem apoio nas universidades da maior grandeza.

Esses dois ou três exemplos de falcatruas na Lei Rouanet que eles citam por aí foram descobertos pelo Ministério - estou apontando porque ali está um representante dos funcionários. Foi o Ministério que descobriu e encaminhou isso para quem deveria ter encaminhado, ou seja, para a Polícia Federal e para a Controladoria-Geral da União - CGU.

Então, vivam os funcionários da Cultura! Foi criada uma base, e isso se recompõe. É por isso que é preciso recompor o processo democrático na plenitude no Brasil.

Eu sou parlamentarista por conceito, mas não gosto desse negócio de parlamentarismo informal. Parlamentarismo informal é jabuticaba que o Brasil está inventando. A verdade é a seguinte: vamos assumir que deu errado o golpe. A economia brasileira está na pirâmide, descendo. A base produtiva do País está se desestruturando. Estão criando uma dificuldade entre os diferentes, entre as regiões. É preciso que os que fizeram e os que estão por trás financiando, fomentando e treinando assumam a responsabilidade, para recompormos rapidamente o País, porque nós temos tudo para dar certo. A cultura é uma dimensão dessa construção.

Eu trouxe dez pontos mais técnicos para discutir, mas não vou citá-los, para isso ficar para um próximo evento, para ser aprofundado. *(Risos.)*

Acho que hoje era o dia de discutir politicamente o significado dessa tentativa de destruição.

Vivam os artistas! Vivam os criadores! Vivam os fazedores de cultura, os que mantêm as tradições! Vivam os funcionários, os que investem na cultura! Todos!

É uma comunidade complexa, que está sentindo o abalo. O dinheiro sumiu; a PETROBRAS saiu; o BNDES se encolheu; os Governos dos Estados estão temerosos com essa política do Governo Federal; e o Governo Federal está fazendo corpo mole, tentando mesmo desorganizar, destruir e fazer retroceder. Mas o Brasil já enfrentou inimigos maiores.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Áurea Carolina. PSOL - MG) - Muito obrigada, querido Juca.

Vamos brotar como grama e resistir como sempre.

Pessoal, nós vamos encerrar esta primeira Mesa, fazer um intervalo de 10 minutos e recomeçar com a segunda Mesa.

Enquanto isso, eu vou ao Plenário marcar presença no novo painel.

Em 10 minutos, retornaremos. Contamos com a presença de todo o mundo.

A SRA. PRESIDENTE (Áurea Carolina. PSOL - MG) - Vamos dar continuidade ao nosso Seminário *Os impactos da extinção do Ministério da Cultura*.

Vamos iniciar a segunda Mesa, que já conta com a presença do Rogério Antônio Expedito, da Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal - CONDSEF, representando o Secretário-Geral Sérgio Ronaldo da Silva. Convido também o Sérgio Pinto, Presidente da Associação dos Servidores do Ministério da Cultura - ASMINC; a Bia Mattar, produtora, gestora cultural e ex-integrante do Conselho Nacional de Política Cultural, pela Setorial da Dança; o Fabiano dos Santos Piúba, Presidente do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura e também Secretário de Estado de Cultura do Ceará; o Ney Carrasco, Presidente do Fórum de Secretários e Gestores de Cultura das Capitais e Municípios Associados e Secretário Municipal de Cultura de Campinas; a Maria Marighella, atriz, ex-Coordenadora de Teatro da FUNARTE e Assessora Especial da Secretaria de Cultura da Bahia.

Sejam todos muito bem-vindos e todas muito bem-vindas!

Nós também tínhamos convidado para o seminário a Lia Calabre, do Rio de Janeiro, que é pesquisadora e Chefe do Setor de Estudos de Política Cultural da Fundação Casa de Rui Barbosa, mas, por razões de saúde, ela não pôde estar aqui conosco.

Um abraço, Lia! Espero que você esteja acompanhando este seminário.

Vamos iniciar seguindo a mesma dinâmica: serão concedidos 10 minutos para cada convidado.

Tem a palavra o Rogério Antônio Expedito.

O SR. ROGÉRIO ANTÔNIO EXPEDITO - Boa noite.

É importante dizer que este tema da extinção do Ministério da Cultura, que nós estamos discutindo, está infinitamente ligado a várias políticas apresentadas por este Governo, que visa exatamente o desmonte do serviço público, dentro de um contexto no qual se destrói todo o patrimônio da sociedade - é o caso das nossas estatais, com o repasse do nosso petróleo, é o caso das questões que envolvem a Vale. Para eles, ao mesmo tempo, é de fundamental importância que se consiga quebrar a cultura de um povo, porque você não consegue acessar o patrimônio de um povo se você não consegue desmontar as raízes desse povo. A extinção do Ministério da Cultura está ligada fundamentalmente a esse aspecto.

Na verdade, trata-se de um processo novo de colonização que está sendo implantado no Brasil. O nosso patrimônio está sendo transferido. Com isso, perdemos as raízes e o sentimento, como ocorre com o caso da PETROBRAS, do Banco do Brasil, de tudo aquilo que construímos em conjunto. Simultaneamente, isso afeta todo o patrimônio que temos nas cidades. Quando se pensa no Ministério da Cultura, não se pode pensar só na *(ininteligível)*. Há os patrimônios, há todos os museus, que contam a nossa história, há todo o patrimônio artístico que vem de todas as nossas raízes nesses 500 anos de Brasil. Para eles, é fundamental que se consiga quebrar isso, que se consiga destruir isso, porque o sentimento por aquilo que é nosso, por aquilo que pertence a essa sociedade fica muito mais perto da razoabilidade de você conseguir desmontar e destruir, a partir do momento em que você quebra todo esse leque apresentado. Diante disso, o que esses governos vêm fazendo no decorrer do processo? Estão desmontando todo o contexto da área de serviço público, que é essa prestação de serviços à sociedade como um todo. Quando não o fazem de maneira direta - quando o Temer extinguiu o Ministério da Cultura, conseguimos mantê-lo -, fazem por dentro, com a falta de verba, com a falta de condições, inclusive ocasionando o que aconteceu no Rio de Janeiro, com o incêndio no nosso museu. É meramente a assistência que não está sendo estabelecida. Isso eles vêm fazendo cotidianamente.

O que está acontecendo com as barragens em Minas Gerais é exatamente uma destruição de tudo aquilo que nós temos apresentado e está colocado. O que é importante? O Ministério da Cultura é um passo no coletivo de ações que estão sendo feitas pelos governos para desmontar toda a sociedade brasileira, aquilo que conquistamos, que é de fundamental importância. Neste momento, é importante fazer o debate não só do que está acontecendo em um ou outro setor, mas no coletivo. Mais do que nunca, é importante compreendermos que essa dinâmica que passa por aqui está passando por todos os setores. O IBAMA vem sendo atacado pelo Governo com relação à manutenção das nossas reservas; o Ministério do Trabalho foi extinto, e era o órgão que defendia todos os direitos dos trabalhadores. Às vezes, atuamos de maneira isolada, sem ter uma interpretação do coletivo e do que está acontecendo.

É de fundamental importância que saíamos daqui cientes da importância do Ministério da Cultura para este País e para a defesa que está apresentada, o patrimônio que ele cuida, principalmente o patrimônio social, para que possamos conjuntamente também discutir o que está acontecendo com os outros setores. Precisamos mais do que nunca, neste momento, ter ciência de que é importante realizar aquela política que vem sendo discutida: ninguém tem que largar a mão de ninguém, em uma conjuntura na qual estamos sendo atacados de todos os lados, de todos os lados.

A reforma da Previdência, que está na ordem do dia, inclusive neste Congresso Nacional, mexe com toda uma vida dos brasileiros, pois afeta um patrimônio construído no passado, a certeza que tínhamos de que nascíamos, crescíamos e podíamos nos aposentar. Esse sentimento, o Governo está tirando. Na reforma da Previdência, só há dois pilares: o regime de capitalização, a partir do momento em que se desmonta esse sentimento, e a autorização para fazer alterações na legislação sem necessariamente passar por uma proposta de emenda à Constituição. Movidos esses dois pilares, as mudanças podem ocorrer a qualquer momento. É fundamental que fique claro que eles estão desmontando o sonho de qualquer brasileiro de poder se aposentar algum dia efetivamente.

Temos, ainda, a questão da Vale, do que está acontecendo com as barragens em Minas Gerais - já estouraram duas e vai estourar a terceira barragem, colocando em xeque a vida das pessoas.

O que está em jogo ali? Está em jogo uma cultura de um Estado - eu sou de Minas Gerais - no qual retiravam ouro dos rios. Hoje nós estamos entregando todas as nossas terras, todo o nosso patrimônio, que está sendo diluído aqui e levado efetivamente para fora do Brasil. Deixam aqui somente os detritos. É importante saber que está sendo movido um conjunto de ações para viabilizar um processo mais fácil de aceitação, de colonização. Como disseram aqui, a partir do momento em que não há compreensão do que está ocorrendo e não se defende efetivamente o que você tem costume, fica muito mais

fácil entender qualquer processo de desmonte que está acontecendo no Brasil.

Esse debate tem uma importância muito grande. Por que ele tem uma importância muito grande? Quando se discute a respeito do Ministério da Cultura, não é meramente para saber se houve corrupção ou não, se há verba ou não. É um processo de produção, é uma discussão sobre a capacidade do brasileiro de defender aquilo em que ele acredita. É muito mais difícil controlar aquilo em que as pessoas acreditam, aquilo que as pessoas defendem e aquilo que é construído coletivamente do que o que é feito individualmente. Exemplo disso é que, no processo de colonização do Brasil, não conseguiram escravizar os índios. Por quê? Porque havia uma cultura muito enraizada nos índios com relação à forma como viam a vida, a liberdade.

Então, é muito mais fácil desmontar essas perspectivas culturais colocadas ali do que efetivamente trabalhar com grupos que acreditam, que defendem e têm a certeza do sentimento do que é uma nação e de como se comportar enquanto nação nesse projeto apresentado.

Tem que estar claro que todo esse contexto está organizado sistematicamente em todo um conjunto. Eu sou Diretor da Confederação Nacional dos Servidores Públicos Federais, que representa 800 mil trabalhadores no serviço público. Isso vem acontecendo sistematicamente em quase todas as áreas.

Há o desmonte do IBAMA, do INCRA, do Ministério do Trabalho, da SUDENE, ou seja, diversos desmontes apresentados estão infinitamente ligados. Trata-se de um objetivo comum: repasse dos nossos valores e das nossas riquezas para que possam ser transferidos para o capital. Há também o desmonte dos valores. Por isso, a cultura entra nisso e efetivamente dizem que é necessário reduzir verba, para impedir que possam ocorrer as condições ali apresentadas. A partir dali, fica muito mais fácil, porque as pessoas não se mobilizam para defender a cultura que temos, as raízes que temos e aquilo que interpretamos como nosso, a exemplo, hoje, dos quilombolas, da nossa produção artística, dos fatores que estão colocados. Então, é importante fazermos este debate, mas também é importante sairmos desse contexto, a fim de tentar buscar a interpretação do que está acontecendo, de maneira mais ampla, com o coletivo, com o conjunto, para que possamos nos unir na defesa dos serviços públicos como um todo. A perspectiva é garantir uma unidade para defender tanto as estatais quanto as empresas públicas, o patrimônio público da população, do cidadão. Coletivamente, vamos conseguir fazer aquilo que almejamos. Inclusive, eu ouvi algumas pessoas da Mesa anterior levantarem este ponto: é o momento de resistir - neste momento, não conseguimos avançar - para garantir, a partir dali, a retomada do controle desse patrimônio que temos efetivamente colocado.

Obrigado, Sra. Presidente. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva. PT - RJ) - Obrigada, Sr. Rogério.

Com a palavra a Sra. Ana Beatriz Mattar.

A SRA. ANA BEATRIZ MATTAR - Obrigada.

Sinto-me bem honrada de estar com todos vocês. Sou fã de todos os que estão aqui. Já trabalhei com a maioria dos Ministros que estiveram aqui.

Na verdade, estou aqui representando o colegiado do Conselho Nacional de Política Cultural, que, pela minha experiência, em 2003, mudou a minha visão de política cultural.

Eu me lembro de estar no Minas Tênis Clube, aqui em Brasília, quando ouvi a palestra do Secretário de Cultura do México. Ele palestrou na ocasião e nem era conferência ainda, era só um encontro. A partir daquele momento, aquilo mudou a minha visão de trabalho em grupo. Foram criados GTs para discutir indicadores da cultura, foram criados GTs para discutir posturas políticas de coletivos. Daí em diante, esses coletivos ocorreram em 2005, em 2010, em 2012, em 2014, em 2016 e, agora, em 2019. Eu continuo nesses coletivos tentando defender a cultura.

E é em defesa da cultura que eu vou citar trechos de uma carta - não vou lê-la para não me estender muito, porque eu quero falar bastante coisa também.

Em 11 de maio de 2016, o Conselho Nacional de Política Cultural fez uma carta em defesa da cultura, juntamente com 18 setoriais: arquitetura, arquivo, arte digital, artes visuais, artesanato, circo, cultura popular, cultura afro-brasileira, povos indígenas, dança, *design*, literatura, moda, museu, música, patrimônio material e imaterial, teatro.

Considerando esse novo ataque, os 18 colegiados setoriais de cultura e o Conselho Nacional de Política Cultural, em que estão representados todas as regiões do país e os diversos segmentos artístico-culturais, vêm se posicionar em defesa da continuidade do Ministério da Cultura, pelo que se segue:

Considerando a legitimidade constitucional do Sistema Nacional de Cultura (...)

Considerando que a possibilidade de fusão do MinC com o MEC reduz as políticas culturais a um apêndice das políticas educacionais (...)

Considerando que a diversidade cultural é base da nossa identidade nacional, a sua defesa contribui para o fortalecimento do país na comunidade internacional, e o empoderamento do Brasil em blocos econômicos e alianças políticas (...)

Repudiamos a fusão do MinC com qualquer outra pasta, ou sua conversão em secretaria, assim como a fragilização de suas entidades vinculadas, por ser um extremo retrocesso no desenvolvimento das políticas públicas de cultura.

A autonomia do Ministério da Cultura é uma política de Estado e não, de governo, portanto, o Conselho Nacional de Política Cultural e seus Colegiados colocam-se desde já como um espaço institucional de resistência e defesa das políticas culturais já conquistadas pela sociedade e pelo seu permanente avanço.

Pouco mais de 2 anos depois, no mesmo mês, estamos aqui falando a mesma coisa, em defesa da Cultura.

Eu acho que um governo que despreza todo o trabalho que foi feito até agora deveria ser processado por dano ao Erário, porque houve muito investimento em todo o nosso trabalho. Gastou-se muito dinheiro com isso. Um governo que despreza o nosso trabalho deveria ser processado por dano moral e intelectual, porque as nossas mentes fundiam para elaborar documentos. Nós viramos advogados, aprendemos a fazer lei, aprendemos a fazer carta. Então, é um prejuízo para o País, não é um prejuízo para a cultura a extinção de todo esse trabalho que fizemos. Isso tem que ser ressarcido, tem que ser preservado.

Eu gostaria de fazer uma sugestão a um próximo presidente. Quem sabe ele não fala assim: "*Ministério da Cultura, cuide da*

cidadania, sob o seu guarda-chuva! Vou colocar sob o seu guarda-chuva o cidadão".(Palmas.)

O que é cidadania? Qual é a definição de cidadania para merecer um título de Ministério? Cidadania é para todos os Ministérios, é como o órgão público trata o seu contribuinte. Não faz sentido nem o nome "Ministério da Cidadania".

Cidadania é tudo. Deixa isso sob o guarda-chuva da cultura. Vejam bem: desenvolvimento social, esporte e cultura no Ministério da Cidadania. Não dá! Isso não faz a minha cabeça. Eu não consigo entender.

No último eslaide do Ministro, o objetivo dele era fazer - não sei se vocês já viram - um megalomaníaco poliesportivo, com museu, com quadras de esporte. Já viram? Alguém já viu aqui. Mostrem esse AutoCAD, que ele já nos mostrou numa ocasião lá no Sul, desse poliesportivo aqui em Brasília. Sabem quanto custa uma passagem para vir de outro Estado para Brasília? Quem é que vai ocupar esse megalomaníaco espaço, que vai custar uma fortuna para ser feito? Não é isso o que queremos.

O único programa que realmente está sendo apresentado para nós neste momento é a Nova Lei de Incentivo à Cultura e a Lei Rouanet. É isso? Nós estamos movidos a isso? Não. Nós precisamos, sim, da arte, mas a cultura também não é só arte. Este Governo entende que política é o músico, é o cineasta. Não! É o guarda-chuva da cultura: usos, costumes, religiões, sexo, enfim, tudo o que todo o mundo aqui sabe e eu não preciso falar.

Outra coisa que me incomoda no discurso é essa cultura útil, que vai chegar à periferia. Isso é de 2004. George Yúdice já falava isso no livro *A Conveniência da Cultura*. Estamos voltando a ser a cultura da utilidade. Nós somos por natureza.

Como o Juca falou, é da natureza da cultura, sim, fazer inclusão, passar conhecimento, despertar o caráter crítico, mas é da sua natureza. Quando nós temos que fazer uma contrapartida social, por um projeto inscrito no Ministério da Cultura, nós temos que pensar qual vai ser a contrapartida social, porque o projeto em si já é uma baita de uma contrapartida social, ele já é de fundamental importância social. Mas ainda temos que inventar muito. Então, em relação a essa natureza da cultura, o discurso está muito fraco.

Agradeço por ver vocês reunidos aqui e poder participar deste momento histórico. Eu acho que nós temos que tentar defender, sim, que não haja a extinção. Eu também gostaria que tivesse vencido o prazo dessa MP, para que tivéssemos mais tempo. Parece sempre que estamos num processo judicial: "*Você tem 30 dias para apresentar um documento!*" Se perder o prazo... Parece que nós estamos sempre com esse limite.

Esta Casa tem muita importância. Um dos motivos principais daqui são os encaminhamentos. O que nós discutimos aqui vai chegar aonde tem que chegar. Muitas pessoas, minha filha principalmente, meu marido, sempre me dizem: "*Eu não acredito que você vai entrar nesse conselho de novo. Você não vai se candidatar. Você não vai querer ser presidente do conselho, não é?*"

Os sindicatos também estão sendo dizimados. Eu fui Presidente da Associação Profissional de Dança do Estado de Santa Catarina. Nós não fazemos um trabalho só de sindicalismo, nós fazemos um trabalho de profissão, de condução da profissão, de capacitação para ser um empresário da arte, da cultura. Então, todo esse desmanche, todo esse desmonte está afetando já o arroz e o feijão da nossa casa.

Eu espero também poder colaborar com esse momento, trazendo esse olhar, e trocar palavras como vocês e ouvir a todos. Muito obrigada.(Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva. PT - RJ) - Obrigada, Bia.

Com a palavra o Fabiano Piúba.

O SR. FABIANO DOS SANTOS PIÚBA - Bom dia, boa tarde, boa noite para quem é do dia, da tarde, da noite.

Quero cumprimentar a Deputada Benedita da Silva, Presidente desta Comissão.

Eu, Deputada, aos meus 20 anos, creio, trabalhei na assessoria do gabinete do Deputado João Alfredo, que foi o primeiro Deputado do PT lá no Ceará. Lembro que, naquela ocasião, estava em debate a Constituinte, tanto a federal quanto a estadual, e eu estive em uma audiência em que a senhora nos deu uma aula magna muito importante sobre aquele momento que o País vivia.

Quero cumprimentar a Deputada Áurea Carolina. É uma alegria enorme conhecê-la e ter lhe dado um abraço também.

Cumprimento a minha Deputada Luizianne Lins - é tão bom quando nós votamos numa pessoa e a vemos aqui -, nossa ex-Prefeita de Fortaleza, Deputada Federal reeleita, com quem a Secretaria de Cultura tem estabelecido parcerias. (Palmas.)

Temos duas emendas, e eu já vou falar sobre elas mais à frente: a emenda parlamentar do Memorial do Frei Tito e a emenda de acessibilidade para o Teatro José de Alencar.

Eu vi, quando estava na Ordem do Dia, que se falou de um projeto de lei que trata da criminalização das artes - contra qualquer tipo de criminalização das artes. Eu gosto de dizer que a arte não salva, a arte não é Deus, mas sem arte não há alma. Aí, não há mais nada.

A minha fala tem oito pontos, e eu vou procurar ser bem breve.

O primeiro ponto fala dos conceitos de cultura, e parece importante, todos nós sabemos de cor - e saber de cor é saber de coração -, mas o mais importante é afirmar e reafirmar aqui.

A cultura como cultivo e civilidade. O nosso Ministro Juca Ferreira falou da diferença entre cultura quando o que está em jogo é barbárie ou civilização.

A cultura como ser e estar, perceber e se relacionar com o outro, dar sentidos, atribuir sentidos e significados ao mundo.

A cultura como saber-fazer comum, portanto, a cultura como solidariedade, como transformação. E esse sentido da cultura como saber-fazer comum se traduz muito bem numa história bonita que eu ouvi, quando morei na Colômbia, de um poema muito conhecido do poeta espanhol Antonio Machado: "*Ao caminhante não há caminho, o caminho se faz ao caminhar, verso a verso, golpe a golpe*". Ele disse que aprendeu com um camponês analfabeto da Andaluzia que tudo o que sabemos, sabemos entre todos; que tudo o que sabemos, sabemos para todos. Eu acho que este conceito de cultura é muito potente, é muito necessário nos dias de hoje: a cultura como solidariedade, a cultura como esse saber-fazer comum. Ou, como diz Gilberto Gil: "*A cultura é, no mínimo, dois*".

Um outro componente é o do direito à cultura: garantir o que está no art. 215 da Constituição. A cultura como fator indispensável de humanização. E lembro aqui o Antonio Candido, no seu belo ensaio *O Direito à Literatura*, em que ele diz que a literatura é um fator indispensável de humanização. A arte é fator indispensável de humanização, a cultura é um fator

indispensável de humanização, por isso se constitui enquanto um direito. Mas também a cultura como fator de desenvolvimento, no seu sentido mais amplo: social, econômico, humano e sustentável. Na política pública, a cultura é criação, é patrimônio cultural, é cidadania, é economia, portanto, a cidadania está no guarda-chuva da cultura. É economia, é educação, é formação, é desenvolvimento, e se traduz muito bem no Sistema Nacional de Cultura e no Plano Nacional de Cultura.

Uma outra dimensão é a da transversalidade. E eu acho que nós temos que trabalhar muito bem neste momento como a cultura contribui na qualificação das outras políticas públicas.

Existe um bordão de que gostamos muito que diz que a educação sem cultura é só ensino. O Jorge Larrosa, um filósofo espanhol e educador, disse mais do que isso, disse que a educação sem cultura é só adestramento, que a educação sem cultura é só ensino, que assistência social sem cultura é só assistencialismo e que segurança sem cultura é só violência, é só repressão.

Nós temos o papel importantíssimo de, enquanto política cultural, qualificar as outras políticas aqui também.

Das discontinuidades e rupturas entre as políticas de Governo e de Estado. Os impactos da extinção do Ministério da Cultura, entre os impactos simbólicos ao real e ao administrativo.

O primeiro é um efeito danoso, perverso, na perspectiva federativa, porque estimula que Governadores, Governadoras, Prefeitos e Prefeitas possam também dar um papel menor à política cultural e à importância de se ter um órgão próprio. Essa ação do Governo de extinguir o Ministério da Cultura gera um efeito cascata muito danoso para Estados e Municípios. Alguns Estados fizeram isso também; alguns Municípios, então, nem se fala.

A perda da visibilidade da relevância institucional. Esse é outro impacto importante. A perda da referência institucional e de parâmetros de políticas nacionais. Qual é a política nacional de cultura? Com todo o respeito ao Ministério da Cidadania, chegamos aqui e não foi respondida a questão substancial: qual é a política cultural do Governo Federal? Qual é o lugar e o papel da cultura, da política cultural, para o desenvolvimento deste País?

Chega de Power Point!(*Palmas.*)

Eu acho que é preciso trazer as questões substanciais para o fomento às artes, à cultura e ao patrimônio cultural deste País. Estamos diante de um vazio de inventividade e de políticas culturais para compreender as demandas da criatividade e da diversidade cultural brasileira. Estou falando de um vazio do Governo Federal, não nosso. Nós tivemos um MINC pulsante e orgânico no Governo Lula, na gestão de Gil e de Juca - não sei se Juca ainda está aqui -, mas hoje ele perdeu abrangência, perdeu institucionalidade, perdeu o papel e o lugar. Então, o que temos de debater aqui é exatamente isso.

No Governo Lula - e eu tenho o pin do Ministério da Cultura, eu trabalhei 7 anos lá -, com todos os equívocos, erros e aprendizados que tivemos, nós tínhamos uma referência. Sabe com o que as pessoas confundiam? Nós falávamos: "*Eu sou do Ministério da Cultura, ou da Secretaria de Cultura*". O pessoal falava: "*da Agricultura?*" Embora cultura seja cultivo também. Mas ali ganhou-se relevância. É aquilo que o Juca falou: entrou na agenda social e política do Governo. E isso se perdeu depois do *impeachment* e do golpe.

Então, a cultura ganhou abrangência na ampliação do conceito de cultura, na geografia cultural expressa nos territórios de patrimônios culturais do Brasil, na estética de gênero presente na imaginação, na inventividade, na memória e na formação dos povos brasileiros, conseqüentemente, na abrangência do conceito de política cultural, traduzida nas dimensões do Plano Nacional de Cultura.

O impacto é que estamos perdendo esses caminhos, percursos, percepções e políticas públicas de cultura. Isso é danoso, perverso e com conseqüências terríveis para o País, para uma visão de país e de nação calcada na democracia e na soberania nacional.

Escutei certa vez da Embaixadora da Argentina no México que "*cultura é uma questão de soberania nacional*", Deputada. Portanto, não é só pelo MINC que nós estamos aqui. O que está em jogo é uma visão de nação, uma visão de país e de projeto nacional, calcada na percepção da cultura e do direito à cultura como vetores estratégicos de desenvolvimento e como campo de exercício da democracia e do pensamento crítico - sim, viva Paulo Freire! -, mas também como fatores indispensáveis de humanização e de reinvenção perene no Brasil. Trata-se da defesa de um país plural, democrático, solidário e justo, que contemple a diversidade brasileira.

Sem o MINC, essa diversidade está sob ameaça. Mas ele renascerá. O MINC é uma fênix e renascerá no momento certo. Ele virá "impávido que nem Muhammad Ali", como em *Um Índio*, que o Caetano Veloso canta.

Mas temos também uma agenda pragmática e política com o Ministério da Cultura: a defesa dos arranjos regionais da ANCINE, dos convênios, das emendas dos Deputados e das Deputadas, para que possam fortalecer as políticas nos Municípios e nos Estados, que é onde acontecem de fato as políticas culturais deste País.

Temos uma agenda com este Congresso Nacional.

E, aí, Presidenta, a senhora tem um papel importantíssimo, e também os demais membros desta Comissão, de pautar a política cultural na esfera federal. Já que há um esvaziamento, esse vai ser o lugar de reverberar as pautas, as agendas importantes, sejam elas relacionadas à Lei Rouanet, à retomada da revisão da Lei Rouanet no Pró-Cultura, ou à questão do Sistema Nacional de Cultura, dentre outras agendas importantes. E temos também uma agenda política importante, que é a retomada do Ministério no que tange à sua institucionalidade.

E, por fim, se os senhores me permitem, nós estamos aqui celebrando e reafirmando a diversidade. Esta é uma palavra-chave nos dias de hoje: a diversidade de gênero, a diversidade étnica, a diversidade religiosa, a diversidade territorial, a diversidade em seu sentido mais amplo, porque é isso que eles estão combatendo. A diversidade virou um palavrão que não se pode mais dizer.

Então, se os senhores me permitem - a senhora me permite, Presidenta? -, é uma canção do Gilberto Gil com o Bené Fonteles: *O som da pessoa*. É o som das pessoas em sua diversidade.

A canção diz assim:

A primeira pessoa soa como eu sou

A segunda pessoa soa como tu és

A terceira pessoa soa como ele e ela também

Qualquer pessoa soa, toda pessoa boa soa bem.

Cultura é a diversidade do som de cada pessoa.

Obrigado. *(Palmas.)*

(Manifestação no plenário: Bravo! Bravo!)

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva. PT - RJ) - Muito obrigada. Gostei das suas palavras, mas cantando fica bem melhor. É porque eu gosto muito de cantar, mesmo não sendo afinada.

Agora, concedo a palavra ao Sr. Sérgio Pinto.

E eu convido a nossa Deputada Áurea para tomar assento em seu devido lugar.

O SR. SÉRGIO PINTO - Boa tarde a todos e a todas.

Quero agradecer à Mesa pela presença, à Deputada Áurea.

Eu não vou citar o nome de todo mundo, mas eu queria fazer uma deferência especial ao Ministro Juca, já que ele fez uma deferência a nós servidores, e aqui tem um monte de servidores também. Quando ele apontou para mim naquela questão do Ministério, ele apontou, inclusive, para gente que estava aqui dentro, que fez essa apuração, que apurou coisas que estavam incorretas lá no Ministério e pôs para fora.

Eu queria fazer mais uma deferência também aos produtores culturais, porque o Ministério trata com gente séria. Por isso que somos sérios lá dentro, e os projetos que andam lá dentro, principalmente os da Lei Rouanet, são muito sérios. Por isso não vemos tanta coisa errada.

Parabéns aos produtores culturais por todo esse movimento de construção e transformação desse Ministério em uma coisa séria. Gostaria de pedir uma salva de palmas a todos os produtores culturais. *(Palmas)*

E registro minha simpatia ao pessoal de Brasília, porque estou acompanhando, por ser de Brasília, toda a luta que eles estão tendo em relação ao FAC. O Governador Ibaneis está destruindo todo um processo cultural local por um motivo torpe, que é, de uma forma enviesada, fazer uma reforma no Teatro Nacional.

Então, parabéns ao pessoal de Brasília também.

Eu entrei no Ministério em 1996. Eu vi muita coisa dentro do Ministério da Cultura e no que ele se transformou. Desde a época da Lei Rouanet, eu vi o Ministério se transformar, de quatro secretarias, dentre as quais uma era a Secretaria de Fomento - praticamente o Ministério todo era voltado para o fomento -, em um Ministério com novos conceitos a partir da eleição de um Presidente inovador, que foi o Lula.

Lula trouxe os conceitos de diversidade, o conceito antropológico de cultura, e transformou aquilo num movimento absurdo, com a participação social, com duas conferências de cultura, com os Pontos de Cultura. São quase 4 mil Pontos de Cultura, e o Ministério não banca todos eles, não. Acho que o Ministério tem convênio com 200, 300 e poucos Pontos de Cultura, os outros foram fomentados e criados a partir desse movimento. O Ministério, hoje, reconhece alguns Pontos de Cultura, a maioria, mas o fomento mesmo é para um grupo pequeno. Houve os editais.

No período do Governo Lula houve a criação da Secretaria da Diversidade Cultural, que discutia a questão do negro, a questão de gênero, fomentava as paradas gays. Isso com a maior tranquilidade do mundo. E nós convivíamos perfeitamente com o viés neoliberal, que é o fomento, e que nunca saiu do Ministério. Sempre se conviveu com isso lá dentro. No Governo Dilma, esse convívio continuou também, mudou um pouco o rumo na questão do direito autoral, o Ponto de Cultura foi questionado, mudou de direção, vieram os CEUs, não sei mais o quê, mas continuou-se convivendo. Houve, cada vez mais, a institucionalização do órgão; houve a criação de uma política cultural, a construção de um sistema nacional de cultura que envolveu e que envolve, hoje, mais de 2 mil Municípios em todos os Estados. Isso é uma coisa absurda de grande em relação à institucionalidade. E há muita gente envolvida. O Ministério trata dessas coisas. E havia um processo de participação interna muito grande, com conferências onde entravam 20 mil pessoas em movimentação para construir o Plano Nacional de Cultura.

Ou seja, institucionalmente, é uma lei que rege a cultura no País. Estou puxando para o meu lado institucional, por ser servidor, para vocês entenderem qual era a dimensão daquele Ministério da Cultura, que foi extinto no Governo Temer. Eu estava aqui neste plenário. Eu estava sentado ali, de onde fiz uma fala.

Aqui estavam o Bolsonaro, o filho dele e o Feliciano - acho que o Feliciano também estava. Os três estavam aqui. Eu vi todas essas cenas.

Conseguimos reverter o quadro, mas essa dimensão do Ministério não diminuiu. Houve um esvaziamento? Houve; ninguém tem que dizer que não houve. Houve um afundamento do Ministério? Houve. Agora, o que está acontecendo hoje, com a extinção, o que nós ouvimos, o que o servidor sente é que está sendo engolido. Nós estamos nos sentindo engolidos por um Ministério. Na verdade, eu concordo contigo, Ana: Cidadania está em tudo. É só o nome que deram para juntar três órgãos que não conversam entre si. O Ministério da Cidadania, hoje, é um Ministério de Desenvolvimento Social que trata de assistência social. Engloba a cultura e o esporte. São três supersecretarias, que não têm autonomia relevante, que tratam cada uma do seu papel.

E qual é a consequência disso? Bagunça administrativa. Nós não sabemos o que acontece com os processos. Os processos que o Ministério do Desenvolvimento Social tinha não são que nós tínhamos. Nós temos que entrar nos processos deles.

Outra coisa: por esse tamanho que nós conquistamos... Eu não falei das quatro vinculadas nem dos conselhos. O único órgão vinculado, hoje na Cidadania - era do Ministério da Cultura... Onde estão essas vinculadas? Não estão mais ligadas à Secretaria Especial de Cultura; estão ligadas ao Ministro. Então, a política cultural é implantada de forma uníssona? Não sei. Passa por onde? Vem por onde? Vai por onde?

Nenhuma das vinculadas trata de desenvolvimento social. O IPHAN trata de fiscalização, de patrimônio. O IBRAM cuida de 29 museus. A FUNARTE trata do desenvolvimento de arte: tem a Escola Nacional de Circo, tem escolas de excelência. A Fundação Casa de Rui Barbosa e a Fundação Biblioteca Nacional tratam da memória do País através dos livros, dos acervos que eles têm. Então, não têm nada a ver com desenvolvimento social. E têm a ver com cidadania? Tudo tem a ver

com cidadania. Aí fica fácil.

Qual é o reflexo disso nas políticas? As políticas não conversam entre si. A grande dificuldade que existe hoje é fazer um planejamento em que as políticas conversem entre si.

Qual é a economia que isso implica, se não há conversa política, se está cada um no seu canto? Ah! vamos ter economia em relação a custeio. Pelo o que eu sei, não houve economia nenhuma de custeio, porque ainda continua a mesma estrutura, e há a bagunça. Nós temos cinco prédios hoje, cada um está em um canto, e você tem mais trabalho para trazer as coisas de um lado para outro. Tem gente do Ministério da Cultura nesses cinco órgãos. Tem gente da Cidadania provavelmente nesses cinco órgãos. Tem gente que trata do social nas secretarias de cada um dos órgãos.

E a grande economia? Ah! vamos reduzir custos e pôr tudo num lugar só! Também não houve isso. Houve uma redução no quadro de pessoal? Não, não houve redução do quadro pessoal. E terceirização? Também não houve. Qual foi a grande redução de custeio? Há de se questionar efetivamente.

Eu sei que o orçamento da Secretaria Especial de Cultura hoje é de 68 milhões. Eu acho que não dá nem o que era o Fundo na gestão passada - estou falando da gestão passada; não estou falando lá para trás, não. Então, nós chegamos a um ponto em que não temos como fazer gestão. O grande orçamento todo vai para onde o Ministro está, que é o Desenvolvimento Social.

Essas questões todas têm que ser levadas em consideração na hora de se criar ou extinguir um órgão, e eu não sei se foram; eu imagino que não.

Mas o que eu acho mais relevante é a questão dos conceitos, do que nós trabalhamos na política cultural, que é exatamente a alteridade, o reconhecimento do outro, a diversidade, a identidade, o reforço simbólico.

Também não vamos negar a questão da economia da cultura - que é fundamental; que nós discutimos no Ministério. O viés neoliberal lá dentro está perfeito, mas não tem nada a ver; não cola com nada do que nós tratamos nos outros setores. É preciso destruir toda uma política para construir uma nova proposta de Governo? É preciso destruir tudo o que foi feito para construir uma nova proposta? Eu acho que não. Eu acho que nós estamos em um momento de questionar qual é a proposta real.

Deste ano para o ano que vem, nós temos um ponto institucional fundamental, que é a revisão do Plano Nacional de Cultura, em que o Secretário não tocou. Ele tem que ser finalizado.

É a nossa institucionalidade que eu defendo aqui: como a cultura e toda a sua riqueza, esse processo de desenvolvimento - porque cultura é processo de desenvolvimento, como o Ministro Juca disse -, vai ser construída efetivamente neste Governo. Esse é o grande questionamento que eu deixo para esta Casa, porque ela tem o papel fundamental de trabalhar e construir isso junto conosco.

Nós estamos totalmente à disposição. O servidor está plenamente à disposição para defender as políticas culturais neste País.

Obrigado.(Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Áurea Carolina. PSOL - MG) - Nós que lhe agradecemos, Sérgio.

Quero manifestar aqui, para todo mundo, que você foi uma das pessoas que nos acionou na Gabinetona para este debate, para esta provocação, a fim de que nós pudéssemos também fazer a conversa de hoje.

Muito obrigada.

Concedo a palavra ao Sr. Ney Carrasco.

O SR. NEY CARRASCO - Boa tarde.

Quero cumprimentar a Presidenta da Comissão, Deputada Áurea, e agradecer-lhe muito não só por ter sido convidado - eu estou muito honrado de estar aqui neste debate -, mas também pela iniciativa de vocês de fazerem esta discussão. Eu acho que ela é fundamental no momento que nós vivemos, por tudo o que já foi dito aqui.

Eu gostaria de tratar de alguns outros pontos que não foram mencionados. O meu discurso é um pouco mais pragmático.

Eu acho que tudo o que já foi dito aqui é consenso na área de cultura. Eu compacto com tudo o que foi colocado, mas tenho algumas coisas a acrescentar.

Eu estou aqui representando o Fórum de Secretários e Gestores de Cultura das Capitais e Municípios Associados. Ele é apoiado pela FNP - Frente Nacional de Prefeitos.

Eu sou Secretário de Cultura de Campinas e sou também servidor público de carreira - sou Professor do Departamento de Música do Instituto de Artes da UNICAMP há 30 anos. Aliás, faço esta semana 30 anos. Então, tive a minha vida toda ligada à cultura e ao serviço público, de uma forma e de outra. Desde 2013, respondo pela Secretaria de Cultura de Campinas, em São Paulo.

Bom, o nosso Fórum, em sendo um fórum de Secretários Municipais, tem uma pauta municipalista, obviamente. Então, uma das nossas principais lutas é pela revisão do pacto federativo mesmo, para que os recursos sejam levados diretamente aos Municípios.

A situação dos Municípios hoje no Brasil é muito adversa. Todos os Municípios, por maiores que sejam, têm que, de uma maneira ou de outra, passar o pires pelo Estado ou passar o pires pela Federação. Essa é uma centralização de poder muito complicada. Então, uma das nossas principais pautas é que, a partir de uma nova legislação, os recursos sejam diretamente levados aos Estados e aos Municípios e que não se dependa tanto da Federação, dessa centralização.

Com certeza, a nossa discussão hoje seria um pouquinho diferente, se nós tivéssemos uma distribuição melhor - mais direta e mais objetiva - dos recursos.

A nossa Deputada Benedita até roubou uma frase minha. Estávamos conversando, e ela disse: "*É, as pessoas vivem nas cidades, não é? Ninguém vive no Estado, ninguém vive no País. Nós vivemos na cidade. É lá que acontece a coisa*". É verdade. Nos Municípios nós sabemos onde se deve aplicar melhor os recursos, fazer com que esses recursos sejam mais produtivos do que quando isso é decidido pela Federação ou pelo Estado.

Isso tem muito a ver com tudo o que foi discutido aqui. Por quê? Uma das coisas que eu acho imprescindível a nossa classe cultural ter em mente hoje é que nós temos que preservar as conquistas, não permitir que elas sejam destruídas. Os governos passam. Por pior que seja o momento que estamos vivendo, ele vai passar. Nós já vivemos momentos piores, e

eles já passaram, e nós resistimos. Então, nós temos é que trabalhar para preservar o máximo possível de coisas.

Nessa lista, eu acho que estão, acima de tudo, o Sistema Nacional de Cultura, que é uma das nossas grandes bandeiras no Fórum; o Plano Nacional de Cultura e o Fundo Nacional da Cultura. Tudo isso que eu disse em relação à distribuição de recursos tem muito a ver com o Fundo, porque ele prevê a distribuição fundo a fundo. Os Estados e Municípios recebem diretamente os recursos. E o nosso Fundo, gente, está sendo literalmente roubado!

Eu queria comunicar a vocês - e eu quero o apoio de vocês - que nós temos uma ação, movida pelo Conselho Federal da OAB, disparada pelo Conselho de Cultura da OAB do Paraná, que cobra do Governo Federal - diretamente, agora, do Ministério da Cidadania - o repasse das loterias para o Fundo Nacional da Cultura, que não vem sendo feito há muito tempo. A conta, a dívida apresentada na ação é de 1 bilhão e 700 milhões de reais. Isso é o que já não foi repassado. Nós temos que levar adiante isso. Eu peço o apoio de vocês para essa medida. Vou deixar uma cópia com a Comissão de Cultura.

Nós precisamos muito dos Parlamentares neste momento. Por quê? Para nós termos isso no Orçamento no ano que vem, isso tem que ser votado até julho na LOA, a Lei Orçamentária, deste ano. Então, eu peço aos Srs. Parlamentares que permitam que isso esteja constando da LOA, para que, uma vez que nós chegemos a termo com essa ação, esses recursos possam ir diretamente para o Fundo. E peço aos assessores que estão aqui que comuniquem aos seus Deputados o meu pedido. Essa é uma grande batalha nossa agora. Por tudo o que foi dito aqui, nós temos que obter esses recursos, está certo?

Há outra coisa que eu acho fundamental. A classe cultural tem que formar a sua base parlamentar aqui. É por isso que é tão importante esta discussão hoje. Nós temos que envolver Parlamentares das mais diversas correntes.

Eu estava conversando com o Juca ali na saída e acho que ele tem toda a razão. Cultura não é uma questão de direita ou esquerda; é uma questão de cidadania ou barbárie. E nesse sentido nós temos, sim, gente que, em princípio, não faz parte do mesmo recorte ideológico que a maioria das pessoas do meio cultural, mas apoia a cultura, tem a visão da importância da cultura. Então, é hora de nós trazermos o máximo possível de políticos e Parlamentares para o nosso lado.

Eu já disse neste plenário no ano passado, em uma audiência a que fui chamado para fazer um depoimento também, e sempre repito, que os nossos políticos têm que tomar consciência de algumas coisas. Nós sabemos da importância da cultura no nível simbólico - isso até foi dito aqui agora -, mas a dimensão política da cultura vai muito além disso. E os políticos não se dão conta disso no Brasil. O político brasileiro, o governante brasileiro trata a cultura como investimento em entretenimento a fundo perdido. Cultura não é isso - todos nós sabemos que não é -, e o que foi dito até agora aqui compactua exatamente com isso. A dimensão da cultura é muito maior.

Mas, tudo bem, se nós não os convencemos por aí, vamos convencê-los por outras vias: vamos mostrar-lhes o quanto de capital político a cultura gera; o quanto ela é importante para um político. Aliás, é a melhor relação custo/benefício de qualquer governo, viu, gente? Quem já esteve no Executivo em algum momento sabe disso. Cultura é uma coisa em que você investe um pouquinho e retorna de uma maneira e com uma abrangência imensa! Você investe todos os seus recursos em saúde e continua apanhando da imprensa, porque o recurso nunca chega aonde deve chegar. Agora, você investe um tantinho assim em cultura e daqui a pouco vem o retorno todo para o governo, para o político. Isso é o capital político, o retorno da população, o voto. E os nossos políticos não se dão conta disso. É importantíssimo investir em cultura.

Há outra coisa. Quais os três pilares de qualquer campanha? Educação, segurança e saúde. Quando você investe em cultura, você está investindo nas três áreas. É aquela história: nós temos no Brasil a mania de tratar sempre as coisas pelo curativo, e não pelo preventivo. Por exemplo: há muitos doentes, constroem-se mais hospitais; há muitos bandidos, constroem-se mais cadeias. Gente, se investirmos em cultura, daqui a pouco não vamos ter que investir tanto em saúde, porque vai haver menos doentes; não vamos ter que investir tanto em segurança, porque vai haver menos bandidos; não vamos ter que investir tanto em educação, porque cultura é complementar, é educação também. E ela é educação simbólica. Esse é o grande papel da cultura.

Tudo isso que o Fabiano disse, e que é absolutamente correto, pode ser resumido nisto: a cultura é responsável pela formação simbólica do ser humano. As pessoas têm muita dificuldade em entender isso. O ser humano é um ser simbólico. Então, qual é o problema? Sempre haverá uma cultura. A questão é: que cultura? Que formação simbólica? Existe cultura da violência. Isso é cultura também. Quando se vê num jornal que *"o garoto matou o outro garoto para roubar o tênis Nike"*, ele não está roubando o tênis; ele está roubando o Nike; ele está roubando o simbólico. Tênis ele tem. O que é isso? Isso é uma formação simbólica torta. Foi ensinado a esse garoto que o valor maior está ali; o valor simbólico dele está no Nike. A cultura, o trabalho que nós fazemos, que estamos fazendo há tantos anos no Brasil, no qual o Ministério da Cultura foi tão importante, é justamente isto: proporcionar uma formação simbólica que dê a essa população dignidade, autoestima, que a leve a se reconhecer como pertencente a este País, como cidadão.

Este é o nosso papel. Nós somos educadores, de uma forma ou de outra, mas fazemos não a educação formal, mas a educação simbólica. E, se o cidadão tiver uma boa educação simbólica, vai melhor também na matemática, que é a educação formal. Com isso, os nossos índices vão subir em educação.

Sendo o nosso papel neste País tão importante, nós precisamos muito do Congresso, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal. Por quê? Porque nós vamos traduzir isso em produção, cidadania e melhoria em todos os índices, porque cultura é transversal. A cultura não é aquilo que se aplica aqui e cresce ali, não. Cresce tudo ao mesmo tempo.

Por isso, é nosso papel, como gestores de cultura, transmitir isso à classe política e trabalhar junto com ela para que nós alcancemos essas nossas metas. Nós precisamos, sim, de muita coisa daqui. Nós precisamos de uma Lei 8.666/93 da cultura, que nos permita contratar, fazer as coisas legalmente, aplicar o nosso recurso legalmente, mas sem uma visão jurídica que equivalha a construir um viaduto.

Nós precisamos muito desta Casa, e para isso nós precisamos de uma base parlamentar. Essa base parlamentar tem que sair daqui da Comissão de Cultura, que é a matriz da cultura dentro da Câmara dos Deputados. Então, eu conto com vocês. Eu estou aqui também me colocando à disposição, colocando o nosso Fórum à disposição desta Casa, em especial desta Comissão, para trabalharmos juntos no que for necessário para enfrentarmos este período de adversidades, sabendo que vamos superá-lo e que preservaremos o que conquistamos até hoje.

Mas há um detalhe também: a cultura dá a volta por cima sempre. Nos momentos de maior adversidade nós tivemos as maiores produções culturais deste País. Ou seja, quanto mais nos cutucam, mais produzimos e vamos a campo. Que não nos vão segurar, não vão mesmo. Mas nós queremos também aquilo que a lei nos oferece, que está protegido pela lei e que não nos está sendo dado no momento.

O Ministério da Cultura vai renascer, com certeza. Ele é a fênix de que o Fabiano falou aqui.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Áurea Carolina. PSOL - MG) - Nós que agradecemos, Ney. Com muita força, renasceremos.

Agora, para finalizar esta segunda Mesa, concedo a palavra à Marighella.

A SRA. MARIA MARIGHELLA - Boa noite.

Como Marighella foi chamado aqui hoje, eu vou citá-lo: *"Mas as novas gerações, a despeito dos que pretendem distorcer-lhes o caminho, são gerações políticas que marcham para frente, confiantes em seu destino, determinadas a alcançar a liberdade e o progresso"*.

E é com essa fala que eu abraço Áurea Carolina e a sua Gabinetona. *(Palmas.)*

Abraço a Presidenta Benedita da Silva - Benedita, do Partido dos Trabalhadores, esse partido fundamental para entender o campo progressista brasileiro - e abraço os Parlamentares da cultura desta Casa, desta Comissão. *(Palmas.)*

Na pessoa do Ministro Juca Ferreira, que é farol, que é ponte para nossas esperanças de futuro, cumprimento toda a Mesa que esteve aqui conosco nesta tarde.

Cumprimento os companheiros e companheiras da cultura de todo o Brasil aqui hoje presentes, que representam diversos campos da cultura brasileira e que em maio de 2016 ocuparam os diversos prédios do Ministério da Cultura em todos os Estados da Federação e no Distrito Federal, mostrando a força, o tamanho, o engajamento da cultura para o povo brasileiro. Foi esse mesmo povo, essa comunidade que escreveu manifestos e se pronunciou também agora nessa última extinção. Cumprimento todo o público presente no entendimento da natureza transversal da cultura e seus impactos na sociedade. Eu vou repetir algumas coisas que foram ditas, mas, para quem fica para o fim, é isso mesmo que cabe: organizar o babado final.

Início reafirmando que, em 1985, quando o Ministério da Cultura é criado pelo Governo brasileiro, por meio do Decreto 91.144, institui-se ali um marco simbólico em pleno processo de redemocratização do País.

Não há coincidência. O Ministério da Cultura será para sempre símbolo de um novo tempo: o tempo da democracia no Brasil. E é por isso que períodos identificados como autoritários se ressentem desta presença.

Estaremos sempre presentes. Esse Ministério representa a luta de um setor por uma Nação livre e soberana, afirmativa. Nestes 33 anos, houve duas interrupções absolutamente malsucedidas. O discurso do enxugamento da máquina pública não pode ser desculpa e não está de acordo com o previsto na Constituição Federal de 1988, a Constituição - aí, sim - Cidadã, que garante enfim a redemocratização, ainda que frágil, por injustiças históricas a serem corrigidas.

Que encruzilhada!

Digo isso, porque a nossa luta é o quê? É justamente afirmar essa instituição. E o que é que vai nos acontecer, quando o próprio Estado brasileiro e o Governo se tornam autoritários? Encruzilhada. Mas é da encruzilhada que sairemos. Assim são as nossas encruzilhadas.

Eu sugiro e trago aqui a esperança de um Estado cívico: nem público, nem privado, mas organizativo da sociedade civil que começa aqui, agora, e segue nos Estados e Municípios. Vamos nos organizar.

Mas eu quero chegar a 2003, para usar de memória e esperança.

Já no contexto do nosso presidente Lula, outro marco fundamental: ao assumir o Ministério, Gilberto Gil atende ao chamado de Lula para tirar o Ministério da Cultura da distância em que ele se encontrava do dia a dia dos brasileiros.

Ele dizia: "Gil, quero o Ministério presente em todos os cantos e recantos de nosso País. Quero que esta aqui seja casa de todos os que pensam e fazem o Brasil. Que seja realmente a casa da cultura brasileira. E o que entendo por cultura vai muito além do âmbito restrito e restritivo das concepções acadêmicas ou dos ritos e da liturgia de uma suposta classe artística e cultural".

Neste ato, em alinhamento com outras políticas em curso no País, Gil propõe colocar a cultura na centralidade, no motor do desenvolvimento desta Nação imensa e paradoxalmente das mais injustas do planeta. Ele inscreve, em seu discurso de posse, a cultura como direito básico da cidadania, assim como o direito à educação, à saúde à vida em ambiente saudável. Esta tarefa da correção das desigualdades, assimetrias e hierarquias com prejuízo ao desenvolvimento precisa ser enfrentada por um Ministério robusto, com *status*, força, recursos, equipe, capacidade de articulação política e ação transversal com outros saberes e Ministérios e instituições em pé de igualdade. Não pode ser apêndice; tem que ser raiz, caule e gerar frutos urgentemente.

O que aconteceu em âmbito federal inspirou diversos Estados aqui presentes e Municípios - e aqui, agora, eu falo um pouco pela Bahia, a Bahia que se coaduna com o Brasil profundo.

Na Bahia, em 2007 foi recriada a Secretaria de Estado da Cultura, depois de longa experiência como Secretaria de Cultura e Turismo. Este marco institucional foi fundamental para a criação de Secretarias nos Estados e em diversos Municípios. Foi-se criando gradativamente ambiente propício para a criação, ampliação, desenvolvimento e capilarização de políticas públicas e de norteadores para seu desenvolvimento.

Em 2006, a concentração do investimento na Capital baiana passava dos 90%. Não havia espaço para se tolerar mais aquela desigualdade. Havia urgência na implantação de políticas que garantissem a territorialização e a interiorização da cultura; investimento nas políticas de fomento, como, por exemplo, inverter a lógica - o que nós não conseguimos em âmbito federal - da proporção entre renúncia e investimento direto, através de fundo específico voltado exclusivamente para as ações propostas pela sociedade civil.

Construímos mecanismo de fomento plurianual, inédito também no Brasil, entendendo a necessidade de sairmos da lógica do projeto para a dimensão continuada, amparando de maneira mais perene as atividades estruturantes do campo. Essa formulação inspirou inclusive algumas ações para a política nacional das artes.

Saímos junto com o Brasil da lógica do balcão e instituímos práticas republicanas; desenvolvemos instrumentos jurídicos

próprios ao campo com transparência. Criamos, à luz do Sistema Nacional de Cultura e do Plano Nacional, o nosso Plano Estadual, os setoriais e a Lei Orgânica da Cultura da Bahia. Implantamos os pontos de cultura e comemoramos a Lei Cultura Viva - e aqui deixo um abraço para a Deputada Jandira Feghali.

Ainda assim, um Estado como a Bahia, que é litoral, que é Sertão, que é Semiárido, que é oeste, que é Caatinga, não consegue ter acesso aos recursos federais de maneira justa e equilibrada para o seu tamanho. Falo da Bahia ao falar de todos os Estados da Federação e do Distrito Federal.

Em 2014, nós falávamos em relatórios. Encerramos um ciclo de avanços. Devemos reconhecê-los e registrá-los, mas, da mesma forma, admitir que eles ainda são muito limitados.

A Bahia e o Brasil, com seus Municípios com déficits históricos de desenvolvimento e desigualdades marcantes, está percorrendo um período de intensa revirada social e econômica, que tem beneficiado também o campo cultural. Mas esse ainda é um processo frágil e recente. Há muito o que fazer. Há muitas demandas descobertas, e, por enquanto, a atuação não alcança os cidadãos como deveria para que seja possível identificar na sociedade os ganhos que a cultura é capaz de promover.

Até aqui, os beneficiários, ainda que muito avançadamente, majoritariamente aqueles que estão diretamente ligados ao setor, à comunidade cultural, são um restrito público já formado ou em recente formação. Devemos transpor essa barreira e investir em políticas que sejam estruturantes não apenas para os agentes da cultura e que concebam novas perspectivas públicas, ajam universalmente pela qualidade de vida dos indivíduos e contribuam para as mudanças que o Estado e o País almejam.

Aqui eu deixo as nossas principais questões. Como pensar e executar políticas públicas num País com dimensões continentais e com a diversidade cultural que tem o Brasil, com um corte de 50% em recursos humanos e um tanto em investimentos? Como dar escala e capilaridade às políticas sem tratarmos com coragem as fontes seguras de fomento e financiamento e a atividade cultural, sem um pacto federativo sobre investimentos e responsabilidades e sem um arcabouço legal para dar segurança de execução e gestão? Como diminuir as históricas injustiças sem investimento real em áreas finalísticas através das vinculadas, a exemplo da FUNARTE, e, em especial, da Fundação Palmares, com suas atividades praticamente paralisadas? Como atender aos órgãos de controle, a exemplo do que aconteceu recentemente com a ANCINE, com o esvaziamento das instituições culturais no Executivo - Ministério e suas autarquias? É desproporcional; é um acinte que os órgãos de controle sejam superequipados, e o Executivo, depauperado.

A Bahia, em sua complexidade e diversidade; a Bahia, que é tradição, aqui e agora manifesta a sua indignação.

Finalizo agradecendo o requerimento que nos trouxe a esta audiência, reforçando que é inadmissível ver interrompido o processo num curto espaço de tempo.

Entendemos este espaço na Câmara dos Deputados como um espaço fundamental para alicerçar os debates interrompidos prematuramente, sem a curva do tempo e sem a experiência devida, se hoje aprovada a MP 870 nesta Casa.

Quero dizer que este espaço é fundamental e que devemos - e vamos - ocupá-lo para as urgências do campo cultural.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Áurea Carolina. PSOL - MG) - Muito obrigada, Maria. Maravilhosa! Só força!

Muito obrigada a toda a Mesa.

Vou passar a palavra agora para a Deputada Luizianne Lins, ex-Prefeita de Fortaleza, parceira da resistência cultural.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) - Boa tarde a todas. Boa noite, já.

Eu acho que você teve um acerto muito grande na composição dessas duas Mesas, pois tivemos vários olhares sobre essa questão da cultura.

Particularmente, eu acho que nós estamos vivendo as trevas em relação à questão cultural no Brasil.

Eu prestei atenção quando a Bia estava falando.

Eu fui Prefeita. Quando eu assumi a Prefeitura, existia uma fundação que cuidava do turismo, do esporte e da cultura.

Uma fundação que quer cuidar do turismo, do esporte e da cultura não cuida de nada. Então eu criei a Secretaria de Cultura, a Secretaria de Esporte e a Secretaria de Turismo. E Fortaleza não quebrou. Muito pelo contrário: dos 8 anos em que eu fui Prefeita, por 7 anos nós tivemos o maior índice de emprego no Nordeste e o terceiro do Brasil. Melhoramos não só no emprego, mas também na visitação turística. Nós defendemos o Estado que sirva para criar as políticas públicas necessárias, diferentemente de quem defende o Estado mínimo, só para dar dinheiro para quem quer meter as mãos, como é o caso da reforma da Previdência, que está à beira de ser aprovada.

Mas eu queria chamar a atenção de vocês para o seguinte. A Bia falou isso e me chamou a atenção, e eu digo: se o Ministério é da Cidadania, então o Presidente só cria um e pronto; ele mesmo vai presidir, e vai ser o Ministro da Cidadania. Afinal de contas, eles resolveram desmontar o Estado.

E essa medida provisória, gente, que está sendo discutida e vai ser votada - está a maior confusão lá no plenário -, é a medida provisória de desmonte do Estado como um todo, do qual a cultura é uma parte. Eu vou me ater à cultura, que é o objetivo do nosso debate, mas vou dar para vocês só um elemento do que essa medida provisória também vem fazendo: ela está acabando com a FUNAI e está passando a demarcação das terras indígenas e das comunidades quilombolas para o Ministério da Agricultura, para os ruralistas. Ela está dando para o agronegócio a competência de demarcar as terras indígenas. É muito grave o que está acontecendo.

Mas, voltando para a cultura, eu achei muito interessante a fala do Sérgio - aliás, a de todo mundo; vocês todos foram brilhantes. Sérgio, eu sou professora universitária, eu sou funcionária pública, e o seu lugar de fala é muito importante, porque você fala da verdade do que você viu, independentemente de conotação partidária, política, de esquerda ou de direita - como você falou, Ney. Eu acho que é isso.

Marighella, realmente não tem como. Eles podem ciscar, espernear. São um bando de idiotas e medíocres que estão agora falando sobre cultura. Quando você tem uma Ministra que fica dizendo que viu Jesus no pé da goiabeira; quando você tem um Ministro da Educação colombiano que fica querendo mandar filmar os professores em sala de aula, eu tenho vergonha disso - vergonha alheia, sabem o que é isso? Eu tenho vergonha. Não é só porque eu sou do PT, não. É porque, hoje, qualquer cidadão que esteja entendendo minimamente o que está acontecendo tem vergonha desse Governo. O

colombiano que estava no Ministério da Educação mandou filmar os alunos cantando o Hino brasileiro. Será que ele já cantou na Colômbia o hino dele? Ou agora esse outro dizendo que o Nordeste não pode estudar Psicologia, Filosofia ou Sociologia; que tem que estudar agricultura.

Gente, é de uma imbecilidade tão absurda o que temos visto! Eu não vou chamá-los de imbecis e de idiotas, porque foi disso que o Presidente chamou os estudantes que foram às ruas no dia 15. Não temos que ficar dando diagnósticos para indivíduos, não. O que eles querem fazer é um processo de imbecilização, de idiotização do nosso País.

E a cultura? Por que a cultura dói? Por que eu fico feliz de ouvir você, Fabiano? O Fabiano é um Secretário de Cultura que tem moral para falar, entre outras coisas, da cultura, porque ele entendeu que a cultura é política que tem dimensão simbólica, tem dimensão de reconhecimento de nação, tem dimensão social, no sentido de que ela também é capaz de gerar emprego e renda.

É o caso do desmonte. O desmonte é tão profundo, gente... Eu estou até com a blusa que o pessoal do audiovisual do Ceará me deu, que diz: "*Cinema cearense em defesa da cultura*". O desmonte do audiovisual...

O Governo Lula, que essa Direita nojenta chamava de analfabeto, criou uma estrutura potente; criou um novo paradigma na cultura do Brasil, que virou política de verdade. Foi a partir de 2003, sim, concordando com você.

E, Ney, você disse muitas coisas muito interessantes. Eles não entenderem isso... A cultura não é só a cultura popular. A burguesia daqui vai lá para a Europa assistir aos concertos, às coisas, mas aqui eles querem destruir, porque só eles têm que ter direito a isso, porque só a alma deles pode ser beneficiada, pode ser acalentada por essas coisas. Aqui, não. Pobre não tem que ter direito à cultura.

Ou nós acabamos com esse Governo, ou esse Governo vai acabar com o Brasil. Concordando com quem falou há pouco, nós resistimos, nós não vamos sossegar, porque acabar com a cultura já demonstra o que esse Governo é.

É como você disse: a cultura passa por tudo. Além dessa dimensão, ainda existe a dimensão que você mencionou. Não é só neoliberal. São 9 mil produtoras de audiovisual - citando só o caso do audiovisual -, todas elas pequenas empresas, que geram mais de 300 mil empregos diretos e indiretos no Brasil hoje. Estão acabando. Daqui a pouco vamos ver, sei lá, um cidadão como o Sr. Alexandre Frota, que é Deputado, que é colega desta mesma Comissão, fazendo filmes financiados pelo Governo. Ou estamos achando que quem vai fazer filmes são os nossos artistas, que eles consideram subversivos? Estão parando os artistas agora e dizendo assim: "*Só pela sua profissão, você vai levar uma batida policial*". Gente, é inacreditável isso que nós estamos vivendo.

Eu termino dizendo isto: como nós fizemos o bê-á-bá... Eu digo que o Fabiano tem moral para falar porque a cultura tem várias dimensões, entre elas... Você tem que ter plano, tem que ter metas, tem que ter um sistema. Você tem que ter o Sistema Nacional de Cultura, que é formado pelo Fundo Nacional de Cultura, pelo Plano Nacional de Cultura, pelo Conselho Nacional de Cultura. Nós gastamos anos - os 13 anos de Governo do PT - para criar o Sistema Nacional de Cultura, e vem uma pessoa completamente... Não vou dizer "mediocre", não, porque medíocre é a média. Vocês sabem, não é? Ninguém está falando da média. Nós estamos falando de alguém abaixo da média - mas é muito abaixo! Nós estamos falando de pensamentos que saíram dos esgotos; que saíram - sabe Deus - das trevas e estão chegando aqui.

Se não nos posicionarmos... Nós somos muito mais. Nós somos maioria no Brasil. Nós precisamos dizer isso ao povo. O povo foi invadido por *fake news* para eleger um Governo medíocre - medíocre, não -, um Governo de idiotas, um Governo que tem um pensamento idiota sobre o mundo. Nós temos que jogar luzes sobre isso.

Eles começaram quando decidiram dar o golpe. A segunda parte do golpe foi prender o Presidente Lula, que é um preso político. E a terceira fase do golpe é agora: é acabar com o pensamento político, vivo e crítico da sociedade brasileira. Depois, sabe Deus o que vem.

Parabéns, Deputada Áurea Carolina! Parabéns, Presidente Benedita! Graças a Deus, a Comissão de Cultura ficou conosco. Pelo menos sobrou para nós, que temos um pensamento crítico, a Presidência da Comissão de Cultura, que vai ser um dos poucos locais de resistência da cultura que nós vamos ter no Brasil!

A medida provisória vai ser votada hoje. Mas também tem isto: se os Deputados a derrubarem, tudo volta ao que era - só para vocês saberem. É assim que funciona. A medida provisória muda tudo, mas não pode fazer isso, porque a mudança em que ser feita por lei. Mas, se a Câmara hoje aprova a medida provisória - está a maior confusão para decidir se vai ser votada ou não hoje -, aí, sim, você desmonta o Estado brasileiro completamente. E eles têm raiva de quem pensa, eles têm raiva dos artistas, eles têm raiva dos negros, eles têm raiva da população LGBT.

Essa Medida Provisória nº 870, de 2019, está atacando tudo isso - só para vocês saberem. Nós estamos falando só da cultura, mas tudo isso será completamente desmontado com a aprovação dessa medida provisória, que poderá ser votada e aprovada hoje. Então, eu clamo vocês a nos apoiarem.

Eu sou otimista. Apesar de tudo o que estou dizendo, apesar de falar duro, eu sou otimista de carteirinha. Gornei uma cidade de quase 3 milhões de habitantes por 8 anos. Nós criamos todo o sistema municipal de cultura, com tudo o que tínhamos direito. Fizemos os Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte - CUCAs, que são espaços de política cultural e economia criativa. Isso teve um impacto gigantesco não só para a juventude, mas para a sociedade de Fortaleza como um todo.

Para mim, cultura é, acima de tudo, uma forma de você ver o mundo. E é por isso que eles estão acabando com a cultura: porque eles não têm nenhum jeito de ver o mundo; eles não veem, não enxergam nada. Eles acham que pensar é uma coisa subversiva. Então, não pensam. Simplesmente não pensam.

Ficam para nós, então, o pensamento crítico e a exposição dele.

É só isso.

Muito obrigada.(*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Áurea Carolina. PSOL - MG) - Obrigada, Deputada Luizianne.

Seguimos firmes, com a força do pensamento e da cultura, que é a nossa alma.

Gente, nós temos um tempo para concluir. Se alguém quiser fazer alguma intervenção, quiser se manifestar, peço que se identifique, por favor.

O SR. FABRÍCIO NORONHA - Eu sou o Fabrício Noronha, Secretário de Estado da Cultura do Espírito Santo. Estou aqui

para o nosso Fórum Nacional de Secretários, junto com o Fabiano.

Fiz umas anotações e vou lê-las.

A cultura conecta as pessoas, os saberes, os territórios.

A cultura, por si só, é central na sociedade, como, por várias vezes, dissemos nesta tarde. É o que nos conecta em torno dos nossos fazeres, sonhos e estéticas.

O fim do Ministério da Cultura e a falta de um posicionamento firme, com projetos claros do Governo Federal nos dá uma insegurança acerca das salvaguardas, por exemplo, dos fazeres mais frágeis, como a cultura popular e a conservação do nosso patrimônio material.

As mudanças na Lei de Incentivo à Cultura apontam, no discurso, para uma regionalização dos recursos, mas não sabemos, na prática, pela instrução normativa, como isso se dará.

Não podemos nos basear, então, em máximas que buscam marginalizar o fazer e o saber cultural para construir políticas. Temos estudos, números e principalmente uma bagagem de construção coletiva, como foi falado na Mesa, e uma geração inteira que se multiplicou em coletivos, em fóruns, em conselhos que precisam ser levados em consideração por qualquer agente público ou privado do setor cultural.

Inúmeros estudos sérios e boa parte das pesquisas sobre o futuro do trabalho, inclusive, apontam para a importância fundamental da cultura e de sua economia como novo vetor de desenvolvimento econômico. É um contrassenso até do ponto de vista liberal criminalizar o fazer e os fazedores da cultura.

Lá no Espírito Santo, vemos justamente, na inovação e na criatividade, uma possibilidade inclusiva e da redução das desigualdades. Estamos perto do mundo da Internet das Coisas, da robotização, da inteligência artificial, e o Brasil precisa estar preparado e tomar partido da cultura para isso também.

Temos, no Espírito Santo, políticas sólidas. E agora que chegamos, recentemente - é nossa primeira experiência de gestão pública -, queremos construir novas políticas que possam complementar e garantir um ambiente próspero para a difusão e produção de bens.

Eu confio no Ministério, mas, quando se fragiliza o setor ou um dos seus elos, todo este ecossistema da política pública de cultura, sem dúvida, sente isso.

As Secretarias Municipais de Cultura são tecnologias sociais que devem estar sempre à disposição para efetivar suas contribuições nos temas gerais do Governo. Este ponto da transversalidade, como falamos, está na melhoria da qualidade de vida, no desenvolvimento regional, na transformação social. Cultura não é algo acessório.

Neste momento, o papel das organizações da sociedade civil, dos nossos Governos Estaduais e Municipais, do nosso Fórum de Secretários é, mais do que nunca, fundamental para articular as pautas, os projetos, os recursos, inclusive com o apoio da nossa bancada, do nosso Parlamento, no sentido de que políticas importantes sigam firmes, com investimentos.

Áreas estratégicas da economia, como agricultura, mineração, cultura, sozinhas, com seus profissionais empreendedores e desguarnecidos de uma política comum, sofrem, mínguam e se precarizam.

É necessário o enfrentamento da criminalização do fazer artístico, que ataca diretamente o indivíduo produtor de sentir seus ambientes, seja nas universidades, seja nos palcos, seja nos museus, atingindo ainda expressões populares e seus múltiplos corpos, o que representa uma afronta ao nosso valor maior como ideia de país, que é a diversidade.

Portanto, fica a pergunta: como nosso País estará preparado para um futuro que valorizará cada vez mais justamente o conhecimento e a diversidade?

Muito obrigado.(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Áurea Carolina. PSOL - MG) - Obrigada, Fabrício.

Concedo a palavra ao Sr. Thiago Rocha.

O SR. THIAGO ROCHA - Boa tarde.

Parabenizo a Deputada Áurea Carolina pela iniciativa e saúdo todos os presentes.

Eu fui Subsecretário de Cultura, na última gestão, no Distrito Federal. Queria destacar este ponto que o Ney, o Fabiano e o Fabrício colocaram, com relação ao papel dos entes federais, estaduais e municipais neste processo de combate à criminalização da cultura. Esta criminalização não está se dando à toa. Desde o golpe, a única vitória que efetivamente foi alcançada, no Governo Temer, foi a reversão da extinção do MINC. Eles não engoliram isso até hoje. Através da cultura, expressa-se tudo o que este Governo odeia, que é a diversidade, a democracia, a pluralidade. Portanto, não é à toa o desmonte que está acontecendo.

Porém, eu queria ressaltar um ponto que foi colocado, porque a criminalização da cultura se dá não só no discurso, mas também nos órgãos de controle. Isso é muito sério. O Ministério Público vem censurando exposições; o TCU vem perseguindo cineastas; e os Tribunais de Contas Estaduais vêm perseguindo gestores e produtores culturais.

Desta forma, eu queria reforçar o papel dos Secretários e dos Deputados, em nível federal e local, na construção do direito à cultura, na reforma da legislação da cultura. Aqui no Distrito Federal, nós tivemos a oportunidade de reformular toda a legislação, de criar a Lei Orgânica da Cultura, que possibilitou dar prêmios aos LGBTs e às comunidades ciganas, fazer um edital regionalizado e garantir que o fundo de cultura não fosse remanejado. Hoje - a Rita, que está aqui, é testemunha do que acontece dentro dos movimentos culturais - todo o ataque que a cultura vem sofrendo no Distrito Federal decorre muito claramente do alinhamento da política nacional. Isso pode reverberar no Brasil todo. Em defesa do movimento cultural, está justamente sua participação na construção da Lei Orgânica da Cultura.

Deste modo, é fundamental que um Estado ou um Município tenha uma lei como esta para servir, perante o Tribunal de Contas, a comunidade e o próprio Governo, como precedente para outros, porque um Estado ou um Município fortalece o outro.

Eu acho que o MINC consegue pautar uma política nacional, já que o temos visto é o desmonte nacional. Portanto, nós temos que nos organizar para reverter esta situação, partindo dos Municípios, Estados e da base da comunidade cultural, e pautar a política nacional para o Brasil.

Muito obrigado.(Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Áurea Carolina. PSOL - MG) - Obrigada, Thiago.

Eu acabo de receber a notícia de que nosso destaque à Medida Provisória nº 870, que trata da extinção do MINC, foi aprovado para ser apreciado. Eu tenho que defendê-lo no plenário e, para isso, convido nossa Deputada Benedita da Silva a dar continuidade ao nosso seminário. *(Palmas.)*

O destaque ainda não foi apreciado pelo Plenário - foi acatado para ser apreciado. Agora eu tenho, junto com todas as lutadoras da resistência cultural, que fazer a defesa da proposição. Contamos com a participação das bancadas progressistas.

Quero agradecer imensamente a todas e a todos a generosidade, principalmente àqueles que se disponibilizaram a estar aqui por conta própria, já que os recursos da Comissão de Cultura são limitados e não pudemos custear a vinda de todos. Agradeço também àqueles que contribuíram para que tivéssemos este tempo de transformação, este tempo de mover, o tempo de um movimento revolucionário, como a Deputada Bené sempre reitera aqui, por um processo emancipatório muito maior.

O Piúba disse que a cultura não salva. Eu venho do *hip hop*, Piúba, e nós reiteramos que ele salva porque é nossa alma, é nossa razão de ser, é como construímos nossas comunidades, é como construímos as relações e as famílias de rua pelo mundo inteiro, na diáspora periférica negra.

Eu me reconheço aqui como uma lutadora do povo, em prol da cultura e da formação deste povo. Estamos unidíssimos às pessoas que trabalham na gestão cultural e que trabalham há muito tempo no serviço público, em defesa do serviço público de qualidade. Isso também está sendo criminalizado neste momento no País, o que revela um contraste absurdo, como a Maria destacava. Os órgãos de controle estão superequipados, e os órgãos que deveriam executar as políticas públicas estão dilacerados. O descompasso que estamos vendo não é fruto de nenhuma coincidência: ele é provocado, é intencional.

Como estou sendo chamada ao plenário, preciso me ausentar. Estamos juntas!

Quero agradecer à equipe da "gabinete", porque este mandato é coletivo. Agradeço ao Leo Lessa, à Cidoca, ao Gustavo Bones, à Sâmia, ao Rafa Barros, à Malena, da Liderança. Somos nós! Vamos além! Eles não passarão. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva. PT - RJ) - Passamos agora às considerações finais da Mesa.

O SR. SÉRGIO PINTO - Nós acompanhamos o Ministério há muito tempo, onde uma coisa sempre existiu, independentemente do partido ou do grupo que estava governando: o diálogo. Nós recebíamos todo mundo no Ministério. Era impressionante como todo mundo tinha abertura para conversar lá dentro, seja de direita, seja de esquerda. Geralmente, eu não gosto de usar os termos direita e esquerda. Eu concordo com o Juca, quando ele diz que nós temos que superar isso. Nós recebíamos todo mundo e construímos uma política nacional, uma política federativa, buscando fazer com que o processo de política cultural fosse feito para todos, de modo a reconhecer todos os valores que discutimos e tratamos aqui.

Eu concordo com o Thiago quando fala da institucionalidade. Eu acho que temos que lutar por ela. Reafirmo que este é um ano fundamental, e o ano que vem será mais ainda. A discussão do Plano Nacional de Cultura é fundamental, e o Ministério não tem falado nada a este respeito. Eu esperava que o Secretário soltasse alguma coisa - já está na hora de começar a soltar. O Conselho Nacional de Cultura está sendo reestruturado, mas não sabemos como vai ficar.

Eu já vou diretamente para a Comissão, para os Secretários dos Estados e para os Secretários dos Municípios. Eu acho que estes e os servidores são os grupos mais importantes. Nós temos que construir alguma coisa, temos que fazer a discussão e a defesa da política cultural de forma institucional, porque o que temos hoje é a vigência de um plano ou de um sistema nacional de cultura construído nacionalmente, com os dois mil e tantos Municípios, com todos os Estados, para se construir uma política nacional.

Portanto, temos que fazer esta defesa juntos, a partir desta Casa. Se o Ministério não faz, nós fazemos. Nós estamos à disposição para continuar este debate. Espero que este seja o primeiro momento de debates com a sociedade cultural. Temos todas as condições para chamar a sociedade cultural e fazer este debate, aprovando-se lá ou não. Eu não sei se vai aprovar. Eu realmente não tenho muita esperança, nem sei se vale a pena. Acho que o Ministério deve existir, porque o Ministério é fundamental, mas, na situação em que está, eu não sei se vai continuar.

Eu acho que temos a obrigação de continuar a construção coletiva de uma política cultural nacional, independentemente deste Governo que está aí.

Eu agradeço à Mesa e a todos a presença.

Vamos em frente! É isso que temos hoje em dia. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva. PT - RJ) - Obrigada, Sérgio.

Concedo a palavra ao Sr. Rogério Expedito.

O SR. ROGÉRIO ANTÔNIO EXPEDITO - Este debate é importante porque cria raízes do processo de unidade e de construção que vamos sempre defender para, mesmo nos momentos de crises que enfrentamos, mantermos viva a matriz dos processos de cultura, que são fundamentais. Quando se não consegue destruir isso, com certeza, como foi levantado aqui, volta muito mais forte, com a convicção de que aquilo está estabelecido.

A cultura desempenha papel importante na sociedade. A Deputada citou o problema da FUNAI. São estas raízes de cultura que temos que promover a resistência para impedir que destruam o País como estão tentando fazer. É por isso que eles têm tanto ódio. É por isso que precisamos de unidade para fazer este debate. Se não dá para cobrar esta questão dos Ministérios, nós cobramos a construção de políticas. Cabe-nos cobrar as políticas a todo momento, com a unidade que podemos estabelecer.

Eu queria agradecer esta oportunidade, em nome da nossa Confederação. Estamos com uma grande demanda, porque representamos todos os contextos dos servidores públicos federais. O desmonte das transformações é muito grande. Quero expressar o prazer de ter conhecido alguns Parlamentares - eu já conhecia as Deputadas Áurea e Benedita, que, para mim, são *hors-concours*: aquilo que não tem mais espaço para ocupar, é o próprio espaço de toda a luta da classe trabalhadora. Agradeço por convivemos com os diversos Parlamentares que aqui se estabeleceram e por estarmos juntos. Quero colocar nossa Confederação à disposição, para encaminharmos juntos a luta pela manutenção da cultura. Estou convicto de esta é apenas uma passagem que se estabelece. Nós voltaremos com muito mais força na defesa dos projetos

culturais e dos projetos de defesa da nossa cidadania e daquilo em que acreditamos. Isso é primordial para nós.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva. PT - RJ) - Obrigada, Rogério.

Tem a palavra a Sra. Ana Beatriz Mattar.

A SRA. ANA BEATRIZ MATTAR - Gratidão é a única palavra que podemos usar neste momento.

O Deus que mora em mim saúda o Deus que mora em vocês, porque ele não está acima de ninguém: ele está dentro de nós.

Nosso coração se enche de alegria e de energia para continuarmos nesta luta. Eu estou aqui por causa da energia que eu tive no passado. O Leonardo lembrou-se de mim porque eu fui cobrar dele políticas para a dança, quando ele estava na FUNARTE, e da Cris, no CNPC.

Esta micropolítica que nós fazemos, embora pareça tão pequena - parece a unha do dedinho -, chega aonde queremos, mesmo com as nossas pequenas ações, nossos passinhos de formiga, com meu 1 metro e 46 centímetros e meio.

Quero agradecer a essa "mulherada do gabinete": Benedita maravilhosa! Nós temos muita força e muita coisa para dar a vocês todos.

Recebi meu certificado. Muito obrigada. Agradeço por isso.

No dia 30, parece que teremos uma pauta importante aqui sobre o CNPC. Quem puder vir, por favor, venha! Eu não vou ter dinheiro para vir de novo a Brasília, mas gostaria muito de fazê-lo. Vou acompanhar e comentar pelo Facebook. Convoquem todo mundo a vir participar desta pauta. Se tiverem as informações, por favor, passem aos interessados.

Muito obrigada a toda a Mesa e a todos os que participaram. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva. PT - RJ) - Obrigada, Ana Beatriz.

Concedo a palavra ao Sr. Fabiano dos Santos Piúba.

O SR. FABIANO DOS SANTOS PIÚBA - Agradeço o convite, Sra. Presidente. Parabéns V.Exa. pela iniciativa e reforço que esta Casa e esta Comissão terão um papel político estratégico para reverberar que falta uma política cultural no nosso País. Foi isso que a Deputada Luizianne Lins disse.

Falo em nome do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura, instância que teve papel importante na criação do Ministério da Cultura. O primeiro Ministro da Cultura foi José Aparecido, que era Secretário de Cultura em Minas Gerais. Havia uma demanda, uma proposta antiga para a criação deste fórum, criado em 1982, algo que ainda hoje reverbera, numa agenda de relação institucional com o Governo Federal, com o Ministério, pautando e sendo pautado pelo próprio Governo.

De igual modo, há a relação de integração e de articulação entre as políticas estaduais, sobretudo naquilo que nos une: o Sistema Nacional de Cultura, o Plano Nacional de Cultura e o Fundo Nacional de Cultura.

Neste sentido, qualquer debate sobre a Lei Rouanet separado do Fundo Nacional de Cultura é um falso debate. A discussão da Lei Rouanet tem que ser feita com o fortalecimento do Fundo Nacional de Cultura, e esta proposta visa exatamente a este fortalecimento.

Quero falar da satisfação de reencontrar nesta reunião colegas que trabalharam no Ministério da Cultura, como a Cris.

Estou vendo pessoas importantes como os colegas Sérgio Pinto, Léo, Daniel. O Daniel e o Sérgio, que trabalham no Ministério, são uma força de resistência e uma memória institucional, para que ela possa ser retomada.

Quero falar do prazer de estarmos no Plenário Florestan Fernandes. Cultura não tem que ser nem de direita nem de esquerda, como se disse aqui - é o partido da cultura -, mas não podemos nos esquecer de que este grande sociólogo disse que temos que ter lado. Nós temos lado!

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva. PT - RJ) - Obrigada, Fabiano Piúba.

Tem a palavra o Sr. Ney Carrasco.

O SR. NEY CARRASCO - Obrigada, Sra. Presidenta.

Gostaria de saber do Sérgio se o orçamento para este ano é de 68 milhões. Se for, é igual ao orçamento da minha Secretaria Municipal em Campinas! É muito pouco, não é? Se eu já pulo miudinho com esse dinheiro lá, imaginem...

Para encerrar, eu gostaria de fazer uma reflexão rapidamente, mas importante neste momento. Nós temos uma construção cultural. Não é apenas o Brasil, é a humanidade, que é ancestral, pois vem de milênios. Eu deixo este estudo para os antropólogos, pois trata-se de um bom tema para se estudar. Nossa construção faz com que nos pautemos, primeiro, pelas diferenças para, depois, olharmos as igualdades.

Um exemplo: Sra. Presidenta Benedita, para qual time a senhora torce?

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva. PT - RJ) - "*Botafogo, Botafogo...*" *(Risos.)*

O SR. NEY CARRASCO - Eu torço pelo Palmeiras. Então, nós somos adversários. Mas, falando assim, eu estou olhando pelo viés da diferença. Se eu olhar pelo viés da igualdade, acabo concluindo que nós dois gostamos de futebol. Que legal, não!

Se observarmos, nós agimos desta forma em todos os momentos da vida: de que partido você é? Eu sou do partido A, do partido B, portanto somos adversários. Mas, se olharmos para as igualdades, acabamos dizendo: nós gostamos de política. Que legal, não!

Quando nós nos pautamos pela igualdade, todas as diferenças são negociáveis. Eu digo à nossa colega Deputada Benedita da Silva: vamos para o Maracanã? Nós "rachamos" um Uber e vamos para o Maracanã. A senhora vai para a torcida do Botafogo, eu vou para a do Palmeiras e vou xingá-la no jogo. Mas, quando sairmos, vamos nos encontrar, pegar outro Uber e jantar juntos. Se nos pautarmos pela igualdade, veremos que as diferenças são negociáveis.

Temos que ter isso em mente agora porque, lembrando o discurso feito pela Deputada Luizianne, nós não estamos lutando com pequenos adversários. Nós estamos lutando com algumas coisas que julgávamos ter vencido há muito tempo.

Eu nasci em 1964, portanto fui criança e adolescente no período da ditadura, eu vivi aquele período e vi o quanto foi importante, naquele momento, termos força também nas diferenças, para enfrentarmos os problemas. Mas hoje estamos lutando contra coisas que eram tidas como vencidas havia muito tempo. Estamos ouvindo coisas como: "*A Terra não é*

plana, o nazismo é de esquerda..." São questões que eu nunca imaginei que fossem aflorar novamente.

É até difícil explicarmos o darwinismo, assim como a existência de um gene e a evolução. Mas, para sabermos que a Terra é plana, basta vermos as fotos. Há um monte de fotos na Internet.

Eu achava que estas questões já estivessem vencidas.

Portanto, mais do que nunca, temos que olhar para as igualdades e caminhar pelo diálogo, não pelo enfrentamento.

Devemos trazer todos os aliados que pudermos para lutarmos em prol da cultura, junto de nós. Nós vamos conseguir aliados até em campos que hoje julgamos adversários.

Era isso que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.(*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva. PT - RJ) - Obrigada, Ney.

Agora vamos ouvir a Sra. Maria Marighella.

A SRA. MARIA MARIGHELLA - Eu agradeço, de verdade, por participar deste momento de conagraçamento.

Deixo como consideração o reforço da proposição muitas vezes repetida sobre um pacto democrático que julgávamos fosse possível antes da eleição. Imaginávamos que conseguiríamos reverter este cenário por meio de uma pactuação. Hoje isso se mostra absolutamente fundamental.

Há algumas experiências neste sentido. Lideranças políticas se encontraram em São Paulo, os Governadores do Nordeste já têm uma agenda comum e muito potente, a exemplo dos 14 Governadores que assinaram um documento em que pedem o cancelamento do decreto que libera o porte de armas.

Há, portanto, um movimento crescente, insurgente, na tratativa de um pacto democrático, porque o inimigo é grande, talvez maior do que imaginamos.

Acho que há um componente neste processo. Refiro-me ao campo da comunicação, sobre o qual falamos menos hoje. Mas há uma dimensão daquilo que vimos chamando de "indistinção": as informações estão aí, são muitas, mas veiculadas de tal maneira, que a sociedade acaba ficando muito confusa.

Eu acho que precisamos entender que não há só má-fé, só idiotia. Temos uma sociedade que foi forjada retirando o cidadão do campo crítico, do desejo político, do desejo de participação. Isso está nos custando um preço muito alto. É papel de todos e de todas - não digo de formação, porque dá uma dimensão hierárquica - a iniciativa de conversar, o contágio por meio do diálogo. Não à toa, foi eficiente o famoso "troco um bolo por uma conversa" no último pleito. Acho que precisamos ter trocas mais justas, sinceras e leais.

Por fim, deixo uma fala de José Mujica, que, durante o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, veio ao Brasil muitas vezes. Num episódio em Curitiba, no Circo da Democracia, ele disse: "*Minha geração imaginou que, democratizando-se os meios de produção, nós teríamos o homem novo. Puro engano! Se não mudar a cultura, nada muda*".

Eu acho que nós precisamos nos reinventar também por meio do pacto democrático. Nossa sociedade precisa se reinventar, se transformar, para segurar e seguir seu futuro soberano, democrático, justo e igual.

Muito obrigada.(*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva. PT - RJ) - Faço uma breve intervenção para dizer que o momento é extremamente difícil. Nós temos seriedade no trato da coisa pública, mas, sobretudo, dos seres humanos. Nós estamos vivendo a cultura do risco. Estamos banalizando a vida, o prazer, estamos judicializando a cultura. Estamos fazendo com que as pessoas não tenham prazer em coisa nenhuma. Está sendo plantado na sociedade o medo. Enquanto isso, a cultura do mal vai avançando.

A visão atual é a seguinte: eu não posso ter segurança pública de qualidade; você que se defenda com uma arma na mão! Você pode comprar uma arma. Eu não posso deixar que o dono da terra, o proprietário da terra, suporte uma invasão. Você tem o pleno direito de se armar, de reagir e de defender sua terra.

Portanto, o momento que estamos vivendo é extremamente difícil. As terras que precisam ser defendidas não são as terras do pequeno agricultor: é a terra indígena, a terra dos quilombolas. Mas essas terras também estão comprometidas com a cultura da maldade e têm que ser entregues.

Ofereceram um produto e agora estão entregando este produto. A cultura faz parte deste processo. Quando não nos interessamos pela cultura - e há uma iniciativa para que alguns não se envolvam, não se interessem -, somos levados por esta onda. O que vimos foi isso.

Eu quero dizer que o golpe está na terceira etapa. Eu acho que a cultura é um grão de areia no meio de muitas coisas que ainda teremos que enfrentar. O inimigo que temos é quase invisível. Eu não sei se, neste momento em que estamos aqui, está acontecendo alguma coisa diferente, alguma coisa que não sabemos, que nos tira a visão ou o foco.

Não falar de política é extremamente difícil quando discutimos cultura.

Eu posso não falar de partidos, eu posso não falar de esquerda ou de direita, porque criamos aqui o Partido da Cultura e temos tido sobretudo tolerância com os que não são favoráveis às defesas que fazemos. Somos tolerantes porque entendemos que, se largarmos a mão uns dos outros, seremos levados pela corrente do mal.

A cultura tem um papel fantástico e nos traz muitas coisas. Eu gostaria muito que esta Comissão tivesse uma sala de cinema, um local para se encenar uma peça de teatro, que tivesse algo que nos permitisse falar com o povo que aí está, porque nós precisamos ter a nossa narrativa.

Eu me lembro de que realizamos uma sessão em homenagem ao Dia do Samba. Depois, os instrumentistas saíram pelos corredores, as pessoas saíram da Comissão para verem o samba passar pelos corredores. Nós pudemos observar a força que uma iniciativa como esta possui. A cultura tem muita força!

Neste momento, somos chamados politicamente a cuidar da cultura politicamente, para que ela possa envolver as pessoas, fazê-las refletir que este País é para todos, que o Brasil é o País das diferenças, que nós podemos até manifestar divergência, mas precisamos tratar todos com respeito e dar a cada um o direito que adquirimos quando nascemos.

Portanto, deixo aqui minha mensagem de que continuaremos na resistência e de que este espaço, enquanto aqui estivermos, é o espaço da resistência.

Lembro a todos que no dia 30 de maio teremos outra pauta muito importante. Peço que confirmem o calendário.

Agradeço aos senhores convidados a valiosa contribuição para a discussão do tema. Agradeço, ainda, a presença dos colegas Parlamentares, das autoridades, da assessoria, daqueles que nos acompanham até o momento pela Internet, bem como a todos aqueles que contribuíram para o êxito deste evento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrado o presente seminário, antes convidando os senhores membros desta Comissão para a audiência pública de amanhã, dia 23 de maio, às 10 horas, no Plenário 12, para debatermos sobre a disseminação de *fake news* e a interferência na democracia brasileira, em atendimento ao Requerimento nº 31, de 2019, de autoria da Deputada Maria do Rosário. Todos estão convidados.

Está encerrado este seminário. *(Palmas.)*



56ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa Ordinária

Câmara dos Deputados - Palácio do Congresso Nacional - Praça dos Três Poderes - Brasília - DF - Brasil - CEP 70160-900
CNPJ: 00.530.352/0001-59

Disque-Câmara: 0800-619-619, de 8h às 20h

Atendimento presencial: de 9h às 19h

[Sobre o Portal](#) [English](#) [Español](#) [Extranet](#)